



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 599 - DE 10 A 24 DE NOVEMBRO DE 2019 - R\$ 4,00

Abaixo o “Plano Mais Brasil”!

Não ao programa “Trabalho Verde Amarelo”!

**Fim das privatizações e da entrega
do petróleo às multinacionais!**

**Combater com greves e manifestações
a ofensiva antinacional e antipopular
de Bolsonaro/Guedes**

**Chile continua convulsionado pelo levante das massas, que
não suportam mais a pobreza e a miséria. Bolívia continua
em pé de guerra e dividida em torno do poder político.**

**A ESTRATÉGIA PRÓPRIA DO PROLETARIADO É A DO GOVERNO
OPERÁRIO E CAMPONÊS, QUE EMERGIÁ DA REVOLUÇÃO SOCIAL**

**Viva a revolta dos explorados contra
a burguesia, seus governos e o imperialismo!**

**PELA RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA, A IV INTERNACIONAL!**

Novo ataque de Bolsonaro/Guedes Voltar à luta imediatamente!

A burguesia reconhece que nenhum governo, pós ditadura militar, fez tantas alterações na Constituição e nas leis como o de Bolsonaro. Isso em menos de um ano.

A reforma da Previdência foi um parto mais difícil do que a reforma trabalhista de Temer. O Senado acabou de concluí-la, aprovando em primeiro turno a proposta de Emenda da Constituição (PEC), que estende a reforma da Previdência aos estados e municípios. Basta que aprove uma lei ordinária para aplicar as mesmas regras de aposentadoria.

Quase ao mesmo tempo, Bolsonaro/Guedes apresentaram ao Congresso Nacional o “Plano Mais Brasil”, que consta de três PECs. Atingirá durante o funcionalismo, imporá maior centralização aos estados e municípios e transferirá recursos dos “Fundos Públicos” para custear a dívida pública.

Também, com diferença de dias, o governo anunciou o programa “Trabalho Verde Amarelo”. As empresas que o adotarem serão beneficiadas com isenções e outras vantagens. Poderão contratar jovens e trabalhadores idosos, recebendo um salário miserável.

Por meio de uma Medida Provisória, o governo revogou a lei de proteção à Amazônia e ao Pantanal, que proibia o plantio de cana. Atendeu, assim, ao pedido do agronegócio.

Em particular, a PEC emergencial estende a reforma trabalhista ao funcionalismo. A quebra do princípio do concurso e da estabilidade concretiza um antigo pleito da burguesia, resguardando a casta de juízes, militares, etc. Basta que os governos digam que é preciso cortar gastos, devido a uma situação emergencial, para que possam diminuir jornada e reduzir salário. Em síntese, passam a ter completa liberdade para demitir por qualquer motivo, congelar e reduzir salários. O objetivo político subjacente é o de eliminar de vez o direito de greve e manifestação. O alcance repressivo da PEC Emergencial indica o quanto se têm limitado as liberdades democráticas.

Bolsonaro/Guedes retomaram as privatizações, realizando os leilões nos campos do pré-sal, e anunciando a venda da Eletrobras. As multinacionais do petróleo deram a entender ao governo que chegou a hora de revogar o sistema

de partilha e generalizar o de concessão. Tudo indica que o governo entreguista atenderá essa exigência, como já demonstrou o presidente da Petrobras, que é um agente do capital imperialista.

Bolsonaro parece ter ouvido o conselho de porta-vozes da burguesia, de que seu governo deveria diminuir, pelo menos provisoriamente, seu ímpeto ideológico-religioso, e a ofensiva na área da educação. Havia de deixar o ministro Guedes trabalhar desembaraçadamente as contrarreformas, podendo assim contar com a contribuição do Congresso Nacional.

A oposição, liderada pelo PT, se encolheu e adotou a tática de aguardar o desgaste natural do governo, que inevitavelmente se desmascara diante da maioria explorada. A

traição da frente burocrática das centrais permitiu que o governo e o Congresso Nacional aprovassem tranquilamente a reforma da Previdência. Foi uma grande vitória dos governistas terem passado por essa prova.

O refluxo do movimento, que se ergueu contra Temer, em abril de 2017, e que voltou a se manifestar em maio e junho contra Bolsonaro, provocado por duas traições das centrais, facilitou a nova fase ofensiva contra os explorados. A política da frente burocrática das centrais, de limitar a ação direta das massas, submetendo

o movimento à decisão do Congresso Nacional, enfraqueceu a oposição parlamentar, ao invés de potenciá-la.

É nessas condições que comparece a necessidade de reorganizar o movimento contra as novas investidas, e pela derrubada das reformas trabalhista e previdenciária. Será preciso que os explorados superem a desconfiança nas direções traidoras, e passem a confiar em suas próprias forças. As massas no Chile, Equador e Haiti mostraram o caminho da vitória. Somente verdadeiros levantes conseguem quebrar a ofensiva antinacional e antipopular da burguesia e seu governo. O alto desemprego e a expansão do subemprego impulsionaram a miséria. É nesse caldeirão que se gesta o retorno da luta contra o governo burguês, ditatorial e fascizante de Bolsonaro. É necessário que a vanguarda esteja à frente, empunhando as reivindicações mais sentidas e a estratégia do governo operário e camponês.

***As massas no Chile,
Equador e Haiti
mostraram o caminho
da vitória. Somente
verdadeiros levantes
conseguem quebrar a
ofensiva antinacional e
antipopular da burguesia e
seu governo.***

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org

É necessário organizar uma frente única anti-imperialista

A burguesia brasileira está disposta a entregar completamente as riquezas do País às multinacionais. O governo de Bolsonaro/Guedes está encarregado dessa missão. De um lado, o retomou os mega leilões do Pré-sal; de outro, a privatização da Eletrobras. A aquisição dos campos Búzios e Itapu pela Petrobras, no leilão de 6 de novembro, com pequena participação do capital chinês, foi considerada frustrante pela imprensa monopolista, porque multinacionais como a Shell, Total, etc. não participaram. O governo espera que o campo de Sépia e outra parte de Itapu contem com as petroleiras.

Desde que se abriu essa imensa reserva petrolífera do Pré-sal, foram realizados cinco leilões. O governo de Dilma Rousseff, PT, deu início ao entreguismo, colocando o campo de Libra, em outubro de 2013, nas mãos da Shell, Total e das chinesas CNPC e CNOOC, que se associaram à Petrobras, pelo regime de partilha. Os demais leilões repetiram essa composição, acrescida de petroleiras como Exxon-Mobil, Repsol, Sinopec, Chevron, etc. É considerável o avanço das multinacionais no controle de parcela da extração petrolífera. O argumento das petroleiras foi o de que o regime de partilha, que obriga repassar parte da produção para a União, e que atribui poderes diretivos à Petrobras, passou a ser um obstáculo.

Até o momento, o regime de partilha serviu aos seus interesses. Ocorre que as multinacionais vêm a possibilidade do governo Bolsonaro alterar esse formato. O presidente da Petrobras, Roberto Castelo Branco, se declarou favorável ao fim do regime de partilha. Lembremos que o monopólio da Petrobrás, instituído em 1953, foi quebrado por Fernando Henrique Cardoso, PSDB, em 1997, com a Lei do Petróleo, que implantou o regime de concessão. A descoberta do Pré-sal levou o governo do PT a estabelecer o regime específico com a lei da partilha. O governo do PT não fez senão criar uma alternativa para a intervenção das petroleiras nas imensas reservas do Pré-sal. As multinacionais, evidentemente, preferiam a concessão, por meio da qual têm como única obrigação o pagamento do bônus e os royalties.

O Pré-sal colocou o Brasil entre os grandes produtores mundiais de petróleo. O regime de partilha não inviabiliza a sua exploração pelas petroleiras, mas limita seu espaço de manobra econômica e política para aumentar a lucratividade

e o controle das reservas. É questão de tempo para que a burguesia nacional ceda às exigências das petroleiras. A indústria petrolífera respondia, em 2017, por 11% do PIB. Os interesses do imperialismo em aumentar o seu controle crescem diante da crise mundial. Um passo seguinte, já anunciado pelo governo Bolsonaro/Guedes, é o de desmontar a Petrobras, entregando unidades do refino aos investidores externos. É necessário, ainda, ter claro que a Petrobras se encontra semiprivatizada, o que dá poderes ao capital financeiro internacional sobre sua administração. Subordinada às leis norte-americanas, acaba por seguir as diretrizes do imperialismo.

O governo enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei que privatiza a Eletrobras. A expectativa é a de que, diferentemente do que se passou como o PL de Temer, na primeira metade do ano que vem, a Eletrobras seja entregue aos investidores. O sistema elétrico acabará se alinhando à lucratividade

A incapacidade dos sindicatos em organizar a resistência é sintomática. Resulta de anos de política de conciliação de classes, promovida pelo PT e seus governos. Não se realiza uma contra ofensiva à desnacionalização, pondo em pé um movimento anti-imperialista. O que exige desenvolver, no seio da classe operária e da maioria oprimida, a tarefa da independência nacional.

do grande capital, como ocorreu com a energia petrolífera. A população arcará com maiores tarifas. E o Estado perde capacidade de pressão sobre as ambições dos capitalistas, e a influência nefasta do imperialismo sobre a economia nacional.

A incapacidade dos sindicatos em organizar a resistência é sintomática. Resulta de anos de política de conciliação de classes, promovida pelo PT e seus governos. Não se realiza uma contra ofensiva à desnacionalização, pondo em pé um movimento anti-imperialista. O que exige desenvolver, no seio da classe operária e da maioria oprimida, a tarefa da independência nacional. Tarefa democrático-burguesa que passou a integrar o programa da revolução proletária. A constituição de uma frente única anti-imperialista, que encarne o fim das privatizações, a reestatização sem indenização e sob o controle operário, despertará entre os explorados o sentido da bandeira de independência nacional, diante da opressão imperialista. Os ataques em toda linha às condições de existência dos explorados devem ser rechaçados como parte da luta anti-imperialista.



Adquira com nosso distribuidor

30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)



Assassinato premeditado Constituir um tribunal popular



(...) sem uma poderosa aliança entre a classe operária, camponeses e as nacionalidades indígenas, não é possível derrotar a ofensiva dos latifundiários, agroindustriais, madeireiros, mineradores, etc.

Paulo Paulino Guajajara fazia parte dos “guardiões da floresta”. Era considerado pelos indígenas um defensor das terras da reserva Arariboia, no Maranhão, ameaçadas por madeireiros e grileiros. Segundo seu companheiro, Laercio Souza Silva, foram tocaíados quando caçavam. Um tiro certo tirou a vida de Paulo Paulino, e um outro feriu Laercio Souza, que conseguiu fugir dos pistoleiros. Os “guardiões da floresta” somente podem portar flechas e bordunas, evidentemente, instrumentos inofensivos diante dos matadores bem armados. As autoridades estavam informadas de que Paulo Paulino recebia ameaças de morte constantes. Não seria a espingar-

da de caça que espantaria os criminosos, sedentos de explorar a reserva.

A tocaia é a forma como os jagunços, a mando de latifundiários, madeireiros, garimpeiros, etc., aterrorizam índios, camponeses e ribeirinhos. É uma forma do terror capitalista para expulsar os oprimidos das terras.

A política de Bolsonaro/Guedes vem incentivando a ofensiva desses setores da

burguesia a ampliarem seus espaços econômicos. Nesse exato momento, foi revogado o decreto que impedia o cultivo da cana-de-açú-

car na Amazônia e Pantanal. Certamente, irá ampliar os choques com os indígenas. Grandes proprietários, que tiveram suas terras desapropriadas para fins de reforma agrária, por sua vez, pressionam o governo e o Congresso Nacional a revogar a medida e restituir-lhes a posse. O governo Temer criou, com a MP 759, uma via dos grileiros regularizarem a posse na Amazônia Legal. Já não se fala mais em reforma agrária, em desapropriações para fins sociais e em assentamentos. O contrário ocorre. Os governos antinacionais e antipopulares vêm retrocedendo o pouco que o MST e outros movimentos de cam-

poneses conseguiram, em anos de luta e de inúmeros assassinatos de lideranças, inclusive de massacres, a exemplo de Corumbiara e Eldorado dos Carajás.

O assassinato de Paulo Paulino faz parte desse percurso. Mostra que, sem uma poderosa aliança entre a classe operária, camponeses e as nacionalidades indígenas, não é possível derrotar a ofensiva dos latifundiários, agroindustriais, madeireiros, mineradores, etc. O estado do Maranhão é dirigido pelo PCdoB. Exortado a fazer alguma coisa, o governador Flávio Dino criou uma “força tarefa para garantir a segurança dos indígenas”. Explicou, porém, que pouco pode fazer, porque está impossibilitado de entrar nas terras da União. O Ministério Público tem solicitado, insistentemente, proteção à reserva Arariboia. Mas, não foi atendido pelo governo federal. O ministério da Justiça, chefiado por Sérgio Moro, declarou lacionicamente que está agindo “na medida do possível”.

Somente haverá uma resposta à altura, caso sindicatos, centrais e movimentos camponês, popular e estudantil vinculem o assassinato de Paulo Paulino à luta contra o governo ditatorial e fascizante de Bolsonaro. É por esse caminho que se pode viabilizar a constituição de um tribunal popular, para investigar, julgar e punir os assassinatos no campo e nas florestas.

LULA DEVE SER LIBERTADO, IMEDIATAMENTE!

Por seis votos a cinco, o Supremo Tribunal Federal, considerou inconstitucional a prisão em segunda instância. De forma que Lula e inúmeros presos foram vítimas de uma burla judicial. Destacamos Lula porque foi a sua condenação e prisão que suscitaram a discussão e a decisão final no dia 7 de novembro.

Não foi possível ocultar que se tratou de uma condenação política, levada a cabo pelo juiz Sérgio Moro, e mantida no julgamento de segunda instância. Lula deve ser libertado, imediatamente! E os responsáveis pelas arbitrariedades devem ser punidos. Lula pode sair da cadeia, mas os falsários da Operação Lava Jato não serão importunados. Assim funciona a justiça burguesa.

A condenação de Lula guarda uma particularidade, em relação à de outros presos condenados em segunda instância. O juiz Moro e desembargadores de segunda instância não apresentaram provas sobre os crimes imputados ao ex-pre-

sidente. A Lava Jato foi criada como extensão do Petrolão, que se concentrou no objetivo de cassar o PT. Não por acaso, jogou um papel de primeira linha no movimento golpista que derrubou o governo de Dilma Rousseff, e colocou em seu lugar um preposto. Esteve, portanto, implicada na conspiração burguesa.

O fato de ter processado e julgado assecas de outros partidos – a exemplo de Cunha – não desfaz o fato de ter sido um instrumento de perseguição aos petistas. As revelações do Intercept se incumbiram de desmascarar o ministro da Justiça e ex-juiz Sérgio Moro, e o procurador Daltan Dellagnol. Não há como negar que houve um complô para prender Lula.

Sabendo que o STF iria votar por maioria contra a condenação em segunda instância, Dellagnol e comparsas do Ministério Público advogaram a transferência de Lula para a prisão domiciliar. A manobra foi desfeita com a decisão do preso, de continuar na carceragem da Polícia Federal.

O POR defendeu a libertação de Lula pelo fato de constituir uma perseguição política autoritária da justiça. Não temos dúvidas de que o PT, seus dirigentes e Lula se corromperam na política burguesa. Essa certeza chegou a uma importante parcela dos explorados, que se iludiram com a política do reformismo. Mas, somente avançarão na consciência de classe, confluindo-se com a vanguarda que constrói o partido revolucionário. O POR, desde o início do conflito interburguês, envolto pelos escândalos de corrupção, defendeu

a constituição de um tribunal popular para investigar e punir os crimes dos políticos da burguesia contra os interesses da maioria oprimida.

Observação: o Jornal Massas estava pronto para impressão, quando saiu a notícia de que Lula havia sido libertado. Mantivemos a nota, porque expressa a posição do POR diante da votação no STF que invalidou a prisão em segunda instância.

Polêmica sobre o AI-5

Pouquíssima gente da alta política burguesa apoiou o deputado Eduardo Bolsonaro, na defesa do Ato Institucional nº 5, editado pela ditadura militar. Pode-se mostrar pelo menos um caso a favor, que mereceu destaque. O ministro do Gabinete da Segurança Pública, Augusto Heleno, esboçou um consentimento. Depois, voltou atrás, embalado por uma onda de protestos na imprensa, no Congresso Nacional, no STF, etc. O presidente da República saiu pela tangente. Temos, no entanto, a certeza de que muita gente da alta política burguesa gostaria de se somar ao filho de Bolsonaro.

Ocorre que, no momento, é mais conveniente elogiar as virtudes da democracia brasileira. Entre elas, o reconhecimento de que não é preciso um AI-5 para conter as massas furiosas com o desemprego, pobreza, miséria e ataques do governo. O “Estado de Direito” tem seus meios legais, policiais e militares para essa eventualidade. De fato, a democracia burguesa abriga um Estado policial.

Eduardo tirou do baú da ditadura militar a ideia do AI-5, em um momento que o governo tem conseguido levar adiante as brutais contrarreformas, apoiado no Congresso Nacional, e auxiliado pela oposição impotente. O braço sindical da oposição tem feito um bom trabalho de desviar o combate dos explorados para as decisões do Congresso, manietado pelos capitalistas. Eduardo, portanto, estaria delirando. O próprio, pressionado pela repercussão, e orientado pela camarilha governamental, resolveu se retratar.

Sabemos que pensa exatamente como um fascista da pequena-burguesia, deslumbrado pelo poder.

Eduardo referia-se ao AI-5 apenas em hipótese, motivado pela revolta popular no Chile, onde o bolsonarismo procura inspiração no pinochetismo. Aqui, no Brasil, seu pai vai muito bem, mas seu amigo Piñera chileno vai muito mal. Os explorados não cedem aos mecanismos de repressão da caricatura de democracia que sucedeu a ditadura de Pinochet. Então, Eduardo pensa que Piñera deveria mostrar por inteiro sua garra de ditador, e se valer de uma espécie de AI-5.

O mais importante foi o apoio do general Heleno, homem talhado para exercer uma ditadura. Para isso, a situação política e histórica teria de possibilitar essa variante de regime burguês. Não é, evidentemente, o caso de se perder em hipótese.

O golpe de Estado, que derrubou o governo do PT, deu lugar a uma ditadura civil, que serviu de transição para novas eleições e que acabou sendo instrumento para a constituição de um governo militarista com vocação ao bonapartismo. É do seio desse governo e do Congresso Nacional, que lhe serve de máscara democrática, que emerge a ameaça de se recorrer ao AI-5, se necessário. Está claro que a ditadura instalada em 1964 não foi extirpada pela democratização. Isso porque somente a revolução proletária, que imporá a democracia dos explorados à burguesia, acabará com os perigos dos golpes militares.

Manifesto

Abaixo o “Plano Mais Brasil”! Que as centrais sindicais organizem imediatamente a resposta operária, camponesa, popular e estudantil

6 de novembro de 2019

O ministro da Economia, Paulo Guedes, aproveitou a vitória política, com a aprovação da reforma da Previdência, para, logo em seguida, entregar, no dia 5 de novembro, ao Congresso Nacional, a continuidade de seu ambicioso plano antinacional e antipopular. Uma camarilha de governistas e parlamentares deu enorme publicidade ao fato. A pomposa divulgação do que se denominou “Plano Mais Brasil” se deu sob discursos e aplausos à farsa de que o governo e o Congresso Nacional dariam um novo passo para o desenvolvimento da economia, criação de empregos, eliminação de privilégios e diminuição da desigualdade. A imprensa monopolista fez uma grande cobertura para que as mentiras adentrassem como verdades nos lares da maioria oprimida.

As três Propostas de Emendas à Constituição (PECs) têm por principal objetivo obter recursos para o pagamento do gigan-

tesco montante de juros da dívida pública. Em outras palavras, atendem aos interesses do capital financeiro. Assim, o “Plano Mais Brasil” é constituído de três partes: PEC Emergencial, PEC do Pacto Federativo e PEC dos Fundos Públicos. A Emergencial corresponde ao que o governo vinha chamando de “reforma administrativa”, que, em essência, ataca o funcionalismo. O Pacto Federativo tem por meta subordinar os estados e municípios à disciplina fiscal determinada pelo governo federal. E a dos Fundos Públicos, que somam R\$ 220 bilhões, serão desviados para pagar parte da dívida pública. As três PECs, de fato, têm em sua base a necessidade de realizar cortes orçamentários para adiar a explosão de uma crise de endividamento da União, que já não suporta a dívida pública bruta de R\$ 5,6 trilhões.

A alta carga tributária (arrecadação de impostos) não tem a

função principal de potencializar a capacidade do Estado intervir na economia, em favor do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim de escorar o edifício da dívida pública. Setores da burguesia reclamam que o Brasil é um dos países que tem a maior carga tributária, mas ocultam que, entre os países semicoloniais, de economia atrasada, é um dos que suportam a maior dívida pública e juros exorbitantes.

A queda do crescimento, a partir de 2008, a recessão de 2015-2016 e o pequeno reanimamento, desde 2017, agravaram o desequilíbrio do Tesouro Nacional e das contas dos estados e municípios. Apesar da diminuição das taxas de juros (Selic), e da baixa inflação, a dívida continuou avançando, e chegou à margem dos 79,8% do PIB. Artifícios como a “Lei da Responsabilidade Fiscal”, “PEC do teto” e a chamada “Regra de Ouro” não foram capazes de controlar o déficit público, provocado pelo pagamento dos juros da dívida pública. A tentativa de reabilitar a CPMF – popularmente chamada de imposto do cheque – fracassou, devido à reação generalizada da burguesia. A sua bandeira é a de diminuir a carga tributária, para poder concorrer no mercado externo. Nada que atingisse os negócios dos capitalistas passaria no Congresso Nacional. Não por acaso, rapidinho, se desfez o barulho em torno à reforma tributária. A “Regra de Ouro”, pela qual todos os governos se guiam, é ditada pelo capital financeiro, que se utiliza não só da dívida pública para especular, como também para exercer sua influência política sobre o Estado.

As diversas frações da burguesia (industrial, agroindustrial, comercial, etc.) estão obrigadas a se movimentar de acordo com as condições impostas, em última instância, pelo capital financeiro, com os quais se entrelaçam. Isso se passa na situação em que se desenvolve a guerra comercial, orientada por Trump, e cresce a pressão do imperialismo para que os países semicoloniais franqueiem completamente as suas fronteiras nacionais.

O Brasil, pela importância de seu mercado interno, é um dos alvos mais almejados. A estagnação de suas forças produtivas industriais e a projeção da agroindústria exportadora favorecem as pressões internas e externas, para que o país se ajuste às condições de desintegração do capitalismo mundial.

O ministro Guedes, homem do capital financeiro, assumiu a tarefa de impulsionar as contrarreformas, iniciadas na ditadura civil de Temer, bem como avançar o plano de privatização. O governo golpista estabeleceu as bases fiscais e impôs a draconiana reforma trabalhista. Coube a Bolsonaro aprovar a reforma da Previdência. A conclusão do ministro Guedes é de que tudo isso não é suficiente para superar os desequilíbrios macroeconômicos. A meta, agora, é eliminar as travas constitucionais que protegem o funcionalismo, que vinculam gastos com saúde e educação, e que asseguram a reposição inflacionária do salário mínimo.

A PEC Emergencial estende a reforma trabalhista para o funcionalismo. Acaba com a estabilidade, permite a redução de jornada com redução salarial, possibilita o congelamento salarial, extingue os concursos e avança a terceirização nos serviços públicos. Os privilegiados e protegidos, como militares, policiais, juízes, promotores, etc., terão seus direitos de casta assegurados. Serão atingidos trabalhadores da educação, saúde, Previdência e demais servidores de base, portanto, a maioria do funcionalismo. Por hora, Bolsonaro/Guedes resolveram não alterar a regulamentação do salário mínimo. Mas voltarão à carga, assim como permanece em seus cálculos o objetivo de destruir a Previdência contributiva, e substituí-la pela de capitalização.

A reforma trabalhista, da Previdência, lei da terceirização, lei da liberdade econômica e, agora, as três PECs formam um con-

Manifesto / Abaixo o “Plano Mais Brasil”!

junto, que descarrega a crise capitalista sobre as costas da classe operária e demais trabalhadores. O resultado final não será o de alavancar as forças produtivas, ainda que possam dar um respiro circunstancial às contas do governo e às necessidades da burguesia. Espera-se uma nova onda de quebras na economia mundial, o que exigirá maior sacrifício das economias atrasadas. Nada indica que a economia brasileira retomará os pontos mais altos de crescimento no passado. A tendência ao estancamento tem tudo para prevalecer. O alto desemprego e subemprego continuarão a vergastar os trabalhadores e a juventude.

A situação política, no momento, continua sendo favorável ao avanço das contrarreformas. Isso porque está determinada não pelos sobressaltos pelos quais têm passado o governo Bolsonaro, mas pela traição e derrota sofridas pelos explorados em sua luta contra as reformas trabalhista e previdenciária. Distintamente, vem ocorrendo no Chile e Equador, onde as massas impuseram recuos aos governos. Apesar das diferenças, o mesmo se passa na Argentina, Bolívia e no Peru. É bem provável que seus reflexos cheguem aos trabalhadores brasileiros e à juventude desempregada e sem perspectiva. As derrotas sofridas não quebraram a necessidade e a disposição de retorno ao combate, tão somente despertaram a desconfiança nas direções sindicais e na frente burocrática das centrais. Com essa nova investida, o descontentamento dos explorados, a começar pelo funcionalismo, se potencializará.

Ao mesmo tempo que o governo entregou ao Congresso Nacional as três PECs, retomou os leilões do pré-sal e anunciou a privatização da Eletrobras. Guedes negocia com os chefes da Câmara dos Deputados e do Senado uma forma de eliminar os empecilhos que retardam o processo de ampla privatização. Como se vê, o governo ditatorial e o Congresso Nacional, que se mascara de democrático, de um lado, atacam os explorados e, de outro, entregam o patrimônio nacional ao grande capital nacional e ao imperialismo. A ausência de um movimento anti-imperialista é consequência da política de colaboração de classes dos reformistas, cuja política está subordinada ao Estado burguês e aos interesses gerais da classe capitalista. Não se pode responder, consequentemente, às contrarreformas, sem responder ao entreguismo pró-imperialista e à desnacionalização. O que exige a constituição de uma frente única anti-imperialista, dirigida pela classe operária.

É necessário que a vanguarda consciente levante imediatamente a bandeira de Abaixo o Plano Mais Brasil de Bolsonaro/Guedes e Congresso Nacional! Trabalhem para que os sindicatos, centrais, movimentos camponês e popular e as organizações estudantis convoquem manifestações em todo o País. Que se retome a realização de assembleias e constituição dos comitês de luta. Que se erga uma verdadeira frente classista, apoiada na democracia operária e no método de ação direta do proletariado. Desde já, preparar as condições políticas e organizativas para a greve geral. Que se levantem, de conjunto, as bandeiras: revogação das reformas trabalhista e previdenciária, bem como a lei da terceirização e da liberdade econômica. Que sejam vinculadas as bandeiras de defesa da vida das massas com as de defesa da economia nacional: não pagamento da dívida pública; fim das privatizações, reestatização sem indenização; e expropriação do grande capital.

A luta organizada independente e classista pode pôr abaixo a política antinacional e antipopular de Bolsonaro, Guedes e Congresso Nacional. A experiência no Chile, Equador, Bolívia, principalmente, mostram a importância da estratégia revolucionária. Há que se lutar por um governo operário e camponês, fruto da revolução proletária.

Bolsonaro/Guedes favorecem os capitalistas em nome dos empregos

Bolsonaro/Guedes estão para lançar o programa “Trabalho Verde e Amarelo”, dizem que é para criar 4 milhões de empregos, nos próximos três anos. Será dirigido, segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, a jovens de 18 a 29 anos, e a trabalhadores acima de 55 anos. As empresas que aderirem ao programa não poderão pagar um salário maior que um salário mínimo e meio, ou seja, hoje equivalente a R\$ 1.497. Essa limitação, de acordo com o programa, é para que os capitalistas sigam o critério de faixa etária, e não contratem trabalhadores que teriam maior possibilidade de encontrar trabalho. Em outras palavras, que não se sujeitem ao salário miserável como esse. Também estarão impedidos os aposentados. A meta, portanto, é de arrumar emprego para uma massa de jovens sem emprego, e a trabalhadores que perderam emprego e não conseguem outro, devido à idade.

O governo, em contrapartida, beneficiará esses empregadores: deixarão de recolher a contribuição patronal para o INSS e a alíquota do salário-educação, do Inca e do Sistema S. Além disso, terão reduzida a contribuição de cerca de 8% ao FGTS, para 2%. O valor da multa, no caso de demissão sem justa causa, passará de 40% para 20%. É mais um presente aos exploradores que, além de pagarem baixos salários, se livram inteiro ou em parte dos encargos. Segundo cálculos da equipe econômica, os capitalistas economizarão cerca de 32% no custo das contratações. Com menores salários e menor gasto com benefícios, verão seus lucros crescerem. É bem possível que o empresário avalie se não é o caso de demitir os trabalhadores

que ganham mais e contratar outros, regidos pelo programa “Trabalho Verde Amarelo”. Nenhum capitalista vai aumentar o número de seus empregados, sem uma melhora substancial na economia, ainda que o custo dos salários caia brutalmente.

A ousadia do governo Bolsonaro/Guedes chegou a esse ponto, porque a burocracia sindical renunciou a qualquer tipo de luta contra as demissões, desemprego e subemprego. Colaboraram com os capitalistas, quando estes, na recessão, demitiram milhões, e elevaram a taxa de desemprego a um de seus maiores patamares. Não apenas se negaram a defender as reivindicações da classe operária, como contribuíram com as medidas de flexibilização capitalista do trabalho (lay-off, PDV, banco de horas, redução de jornada com redução de salário, etc.).

É necessário rechaçar o programa “Trabalho Verde e Amarelo”. Realizar uma ampla campanha nas fábricas em todo o País. Convocar as assembleias para aprovar as reivindicações da classe operária e demais assalariados. Colocar na ordem do dia a reivindicação de redução da jornada sem redução dos salários, e estabilidade no emprego. Assinalar o caminho da luta pela escala móvel das horas de trabalho, única forma capaz de acabar com o desemprego e o subemprego. Eliminar os acordos de flexibilização capitalista do trabalho. Erguer a bandeira de fim da reforma trabalhista, da lei da terceirização, lei da liberdade econômica e reforma da Previdência. Mobilizar os trabalhadores empregados e desempregados, em especial, organizar a juventude para potenciar a luta geral dos explorados.

FECHAMENTO DEFINITIVO DA FORD

No dia 30 de outubro, a Ford de São Bernardo dos Campos encerrou suas atividades. Presente na região desde 1967, quando comprou o controle da Willys-Overland do Brasil, o fechamento marca a política de colaboração de classes do sindicato dos metalúrgicos, ligado à CUT.

No dia 29 de outubro, o presidente do sindicato realizou a última assembleia, diante de mais de 600 operários demitidos. Wagner Santana justificou que o sindicato utilizou de todos os instrumentos possíveis para reverter a situação de fechamento. Lembrou que foi conversar com o governo federal, estadual e municipal; com o Ministério Público do Trabalho, com a matriz nos Estados Unidos e com a Caoa. Teve a ousadia de mentir aos operários, de que o sindicato conseguiu um grande

ganho nas negociações sobre as demissões. E, por fim, culpou o BNDES, por ainda não ter liberado o financiamento para a Caoa.

Na assembleia, que mais parecia um enterro, só falaram os burocratas. O silêncio dos operários demitidos era preenchido com as falas dos dirigentes traidores. Em pouco tempo, a assembleia foi encerrada e, cabisbaixos, os metalúrgicos deixaram a montadora. Eis aí o retrato de uma burocracia incapaz de organizar a resistência ao fechamento da fábrica, e defender os empregos de 4.500 trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe esteve em todas as assembleias da Ford. Defendeu a luta contra o fechamento da Ford, por meio da realização de assembleias democráticas, convocação da assembleia geral dos metalúrgicos,

criação de comitês de base, e extensão do movimento para toda a classe operária. Destacou que somente a luta direta, ocupação da fábrica e o controle operário poderiam impor o recuo da montadora. Como não há democracia nas assembleias, os militantes foram ameaçados pelos bate-paus do sindicato, que tentaram impedir a distribuição do Boletim Nossa Classe. Os fatos comprovaram a traição da burocracia e a justeza das propostas do boletim do Partido Operário Revolucionário. Essa dura experiência deve servir para os operários mais conscientes se colocarem pela construção de uma oposição classista, para enfrentar os capitalistas e a burocracia sindical. O que significa tomar em suas mãos o programa proletário e o método da ação direta.

Responder com luta às demissões na GM

Após quase três anos do início das obras, a GM inaugurou oficialmente outra fábrica de motores em Joinville (SC), que recebeu investimentos da ordem de R\$ 1,9 bilhão, e com alto nível de automação. Com o conceito de produção da indústria 4.0, todo o processo é robotizado. Ao mesmo tempo, na planta de São José dos Campos, a montadora anunciou a redução de um terço de operários da linha de produção. Iniciou o PDV, para atingir 750 operários, e prometeu remanejar 250 para outras unidades da empresa, no Vale do Paraíba.

O sindicato dos metalúrgicos, ligado à CSP-Conlutas, através de seu vice-presidente Renato Almeida, diz que a empresa “garantiu”, “prometeu”, que não haverá demissões em massa no complexo industrial. Só não diz o que a direção do sindicato irá fazer para manter todos os operários empregados. Não informa nenhuma ação direta coletiva para barrar a ofensiva da montadora de demissão. Esse discurso de promessa é próprio das burocracias da CUT e Força Sindical. A Conlutas, para ganhar confiança da classe operária, tem de organizar a luta de resistência contra mais esse plano da montadora. Convocar assembleia local, e estender o movimento aos metalúrgicos da região, do estado e nacionalmente. A bandeira de “Emprego não se negocia, se defende com luta” está na ordem do dia. Daí a importância do sindicato e da Conlutas tomarem essa iniciativa, única forma de romper de fato com a política de conciliação de classe, tão discutida no seu recente congresso.

Combater, com o programa operário, a fome e a miséria

Os dados mais recentes sobre a pobreza e a miséria no Brasil indicam o avanço da barbárie. A pesquisa do IBGE refere-se a 2018. São 13,537 milhões de pessoas, que sobrevivem na miséria. Em números: milhões têm de cobrir suas necessidades mínimas com R\$ 145 mensais. A recessão de 2015-2016 inchou esse exército de miseráveis. Segundo a pesquisa, em 2014, 4,5% da população viviam abaixo da linha de pobreza extrema. Em 2018, eram 6,5%, um acréscimo de 4,504 milhões. Esse número catastrófico corresponde ao contingente que ganha R\$ 145 mensais. Também, segundo a pesquisa, 52,5 milhões de pessoas vivem com aproximadamente R\$ 420 mensais (25,3% da população). Também nessa faixa, o incremento foi de 6,706 milhões de brasileiros.

Esses números mostram que programas como “Bolsa-Família”, “Minha Casa, Minha Vida”, etc. são um pingô no oceano de miséria. Atestam a incapacidade da burguesia de estancar a marcha da barbárie. As reformas trabalhista e previdenciária, a terceirização, etc. agravarão esse quadro social, uma vez que aumentam a taxa de exploração da força de trabalho. O programa “Trabalho Verde Amarelo” é um escárnio da burguesia.

O capitalismo chegou ao seu ponto mais alto de desenvolvimento das forças produtivas, estas entram em choque com a propriedade privada dos meios de produção, na forma monopolista. Ao invés de serem um fator civilizatório, se convertem em fonte da barbárie. Revoltas recentes, como as do Chile, Equador, Haiti, Iraque e Líbano, explodem por necessidades de sobrevivência das massas. Espelham a alta concentração de riqueza nas mãos de uma minoria, de um lado, e pobreza e miséria da maioria, de outro. Assim, trazem à tona as reivindicações mais sentidas das massas e o programa da revolução proletária. Não se transformaram em movimento pela derrubada dos governos burgueses e constituição dos governos operário e camponês, devido à crise de direção revolucionária. Ou seja, a ausência dos partidos marxista-leninista-trotskistas. Novas revoltas estão se gestando, inclusive no Brasil, o que exige da vanguarda revolucionária total dedicação para superar a crise de direção.

Manifesto Última assembleia da Ford

Concluída as demissões, sem luta

Na manhã de terça-feira, 29 de outubro, o Sindicato Metalúrgico do ABC reuniu o que restava dos operários, para anunciar o encerramento definitivo da produção na Ford. A promessa da direção sindical e do comitê da fábrica, de que parte dos empregos estaria assegurada, se desfez de uma vez por todas.

Wagner Santana, presidente do sindicato, discursou aos operários cabisbaixos, dizendo que tudo o que era possível fazer foi feito. Explicou que, de um lado, conversou com os governos federal, estadual e municipal, com outras autoridades, e com a Caoa, empresa interessada na compra da Ford. Informou que tinha inclusive negociado um novo acordo coletivo com a Caoa. Diante do clima sombrio da assembleia, procurou cinicamente inspirar um fio de esperança de que nem tudo estava perdido. Embora a negociação entre a Ford e a Caoa não tivesse sido efetivada, como se esperava, a decisão de compra se mantinha. Wagner Santana, para mostrar serviço aos operários já demitidos, explicou que o sindicato havia cobrado do Banco Nacional de Desenvolvimento Eco-

nômico Social (BNDES) que liberasse o pedido de financiamento da Caoa. Recorreu à retórica de que, se o BNDES tivesse preocupação social, olharia para a produção automotiva nacional e para os empregos. O fio de esperança se partiu quando completou que o governo que aí está faz uma política para os ricos. Ou seja, o financiamento do BNDES dependia da vontade de Bolsonaro.

A assembleia tomava a forma de velório, quando Wagner Santana disse que era apenas uma despedida, e que acreditava na possibilidade de mudança. Agradeceu aos operários que ajudaram a construir a luta. Não poderia haver maior hipocrisia de um dirigente sindical. Os operários estavam demitidos na sua totalidade, o acordo prometido entre a Ford e a Caoa não foi realizado, e não houve nenhuma luta, ao contrário, imperaram a passividade e as negociações entre a burocracia, multinacional e governos.

O fato é que a Ford acabou com 4.500 postos de trabalho. O seu fechamento foi anunciado em fevereiro de 2019. Nesses oito

meses, a direção do sindicato manobrou com assembleias ultra-controladas, e uma ou outra manifestação limitada. A Ford pôde completar seu cronograma de produção, cumprindo seus contratos com os fornecedores, de maneira a não ter nenhum prejuízo. Precisava de uma parcela dos trabalhadores para realizar o seu cronograma, que tinha como data o mês de outubro. Assim, incluiu nesse cronograma as demissões. A primeira leva, logo no início, atingiu os terceirizados. Os efetivos passaram por uma seleção, de acordo com o interesse da multinacional. O sindicato negociou os PDVs e PDIs. Em outras palavras, aqueles que não se submeteram às pressões do Programa de Demissão Voluntária foram demitidos pelo Programa de Demissão Indicada. De 4.500, restaram 650 trabalhadores.

Nos oito meses de enrolação sobre a venda da Ford, foram demitidos 3.850 operários, com maior naturalidade. A guilhotina ficou armada para ser acionada, assim que a multinacional norte-americana cumprisse seus contratos. Tudo isso foi negociado, às costas dos metalúrgicos, pela burocracia. A esse jogo entre os capitalistas e o sindicato, Wagner Santana chama de luta.

A assembleia de terça-feira, na verdade, não foi propriamente um enterro dos empregos. Em abril, o sindicato informou sobre o acordo. Impôs à assembleia o silêncio diante do facão, que cortava as cabeças dos trabalhadores. Os 650 que virtualmente foram poupados, na realidade, apenas ficaram aguardando sua vez no corredor da morte. Está aí por que a assembleia de fechamento definitivo da Ford não foi de enterro, mas sim de convocação dos operários para lamentar e chorar sobre seus próprios túmulos. As etapas desse processo expuseram o que há de mais mesquinho e sórdido na burocracia sindical. Os operários foram sendo traídos, passo a passo, e convencidos de que o sindicato os conduzia para uma boa solução.

O ex-presidente do sindicato, Rafael Marques, anunciou que pretende publicar um livro. Eis: *“Temos de transformar em resistência e inteligência o sofrimento e a luta que foram esses anos todos para manter essa fábrica erguida”*. De fato, dá para escrever a crônica de uma traição. O único sofrimento, nesses anos todos, foi sentido pelos operários, que foram submetidos aos PDVs, PDIs, Lay-Offs, terceirização, etc. A resistência a que Marques se refere não passou de manobras, que concluíram com demissões e acordos de flexibilização capitalista do trabalho. A disposição de luta dos metalúrgicos foi quebrada pelas traições. Isso se deu no passado, e se reproduziu da pior forma no presente, com o fechamento da Ford. Não por acaso, a direção do sindicato usou de bate-pausa para reprimir o Boletim Nossa Classe, que se opunha a esse curso e apresentava o verdadeiro caminho da resistência operária.

O problema não se resume à Ford de São Bernardo. Qualquer ataque que o patrão de uma fábrica desfecha contra seus trabalhadores diz respeito à classe operária como um todo, ainda mais no caso de fechamento de uma fábrica. Isso quer dizer que a defesa de manutenção da produção deve ser estendida local, regional e nacionalmente. Sem dúvida, uma luta dessa profundidade para salvar os empregos se projetaria internacionalmente. A mobilização iniciaria na Ford, se estenderia para os metalúrgicos da região e ganharia altitude em todo o País. Era obrigatório que o sindicato organizasse uma ampla campanha, que envolvesse os demais sindicatos e as centrais. A primeira atitude seria a de con-

vocar a assembleia geral dos metalúrgicos do ABC. A partir daí, se desencadearia a campanha local, regional e nacional. O avanço da luta no ABC, certamente, exerceria uma enorme pressão sobre os demais sindicatos e movimentos. Aí, sim, teríamos uma verdadeira resistência.

Diante da manutenção do objetivo de fechamento da Ford, era dever dos sindicatos preparar a sua ocupação, e impor o controle operário. A burocracia sindical fez exatamente o sentido oposto. Isolou o conflito da Ford, orientou os operários a se comportarem passivamente, criou a expectativa de uma solução futura, manobrou às costas dos trabalhadores, contribuiu com o cronograma da multinacional, e encurralou o descontentamento para o acordo de demissão.

A conduta capituladora da burocracia sindical diante da classe capitalista é responsável pela imposição das contrarreformas de Temer e Bolsonaro.

Os 4.500 postos de trabalho liquidados são parte dos milhares e milhares de postos fechados com a crise, e de milhões de desempregados crônicos. Os capitalistas, em vez de abrirem novas fábricas, fazem o contrário. Assim, mutilam parte das forças produtivas, e ampliam o exército de desempregados. A burocracia sindical considera inevitáveis as demissões em massa e o desemprego. Abriu mão da bandeira de redução da jornada, sem redução salarial e abraçou os programas de flexibilização capitalista do trabalho. Conduziu os sindicatos a participarem de acordos de demissão. Anulou-os como instrumento de defesa dos empregos e salários. Não é, portanto, estranho que o crescimento do desemprego e subemprego deu um salto, com a recessão de 2015 e 2016, sem que houvesse campanhas em defesa dos assalariados. A pequena recuperação não altera substancialmente esse câncer capitalista, que corroí a força de trabalho, e empurra as massas para a pobreza e miséria. É disso que se trata o fechamento da Ford.

A conduta capituladora da burocracia sindical diante da classe capitalista é responsável pela imposição das contrarreformas de Temer e Bolsonaro. Os explorados, ao invés de se armarem com seus métodos próprios de luta, têm sido esmorcados pela política de conciliação de classes da burocracia sindical e dos partidos reformistas, como o PT. A aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, lei da terceirização e lei da liberdade econômica ocorreu sem que os explorados se erguessem em um movimento, à altura de sua capacidade coletiva. Embora demonstrassem disposição de combate, a frente burocrática das centrais e os partidos de oposição acabaram por canalizá-la para as decisões do Congresso Nacional. Desmontaram as greves gerais de abril de 2017 e junho de 2019. As duas traições se encarregaram de facilitar a aprovação das contrarreformas. A vanguarda consciente não pode deixar de pôr às claras a traição da Ford, como parte dos problemas mais gerais enfrentados pela classe operária e demais oprimidos.

O capitalismo em decomposição exige que a classe operária se liberte das direções conciliadoras e traidoras. Não é por falta de um programa e de reivindicações próprias que a classe operária se encontra tão subordinada a tais direções. Mas sim pelo caráter embrionário de seu destacamento mais avançado, empenhado em construir o partido revolucionário. Experiências tão duras como essas têm de ser assimiladas na luta pela independência política dos explorados.

Ceará*Rede Municipal de Fortaleza:*

Campanha salarial e luta contra obscurantismo na educação

No dia 30/10, a assembleia dos professores municipais aprovou a pauta da campanha salarial de 2020. Os mais de 130 pontos que compõem a pauta aprovada não escondem o rebaixamento visível das reivindicações. O reajuste salarial reivindicado não tem sequer valor. A burocracia sindical aprovou apenas que será o mesmo “publicado na portaria do MEC” para o Piso de 2020. A reivindicação do vale-alimentação seguiu o mesmo caminho. A pauta aprovada exige apenas que haja “reajuste”, sem menção a nenhum percentual. Há ainda outros pontos negativos a serem mencionados como: a não defesa da estabilidade aos professores substitutos (temporários), e a reivindicação pífia de que o número por sala, no caso, de 6º a 9º anos, não ultrapasse os 35! A assembleia aprovou a pauta com poucas emendas, e sem votar um calendário de lutas.

É preciso denunciar a colaboração de classe com os nossos inimigos na prefeitura!

Já há algum tempo, a Corrente Proletária na Educação (CPE) tem denunciado o estreitamento das relações entre a direção do Sindiute (PT) e a Prefeitura de Fortaleza. Atos que ocorrem com a liberação de professores pela SME, formação e reunião de representantes de escola, com a liberação autorizada, sem prejuízos de aula a recuperar pelo Distrito de Educação; festa do dia dos professores, patrocinada pela Prefeitura, e em conjunto com o Sindiute, são exemplos dessa lua de mel da burocracia sindical com o governo. É preciso denunciar a colaboração de classe com os nossos inimigos na prefeitura! É preciso se dirigir aos professores de base e defender a imediata

independência política do magistério em relação a todo e qualquer governo burguês!

Ofensiva de vereadores evangélicos contra a educação

A Assembleia dos professores também aprovou a paralisação da categoria para o dia seguinte, 31/10, e um massivo ato na Câmara de Vereadores, para tratar do tema da liberdade de cátedra dos professores. Os reacionários vereadores Priscila Costa (PRTB) e Jorge Pinheiro (PSDC) tentaram, a todo custo, aprovar na Câmara uma lei que proíba expressamente a ideologia de gênero nas escolas. No dia 31/10, fizeram uma emenda ao PL da liberdade de cátedra do vereador Prof. Evaldo (PCdoB), introduzindo uma emenda com a tal proibição. A mobilização dos professores na Câmara conseguiu que os 2 projetos de lei, contrários, fossem retirados para que não houvesse votação da emenda, e assim não fosse aprovada a proibição.

O ato na Câmara mostrou que há disposição de sobra do magistério municipal para o enfrentamento com os reacionários vereadores, e para defender a livre manifestação do pensamento dos professores em sala de aula. Mas, o atrevimento dos fundamentalistas evangélicos na Câmara revela o quanto tem avançado a ofensiva dos setores conservadores burgueses contra os explorados, suas lutas e organizações. Da atual situação vivida pelo magistério, extraem-se as tarefas da luta unificada dos explorados contra o obscurantismo e o combate pela independência política dos trabalhadores em educação. Impulsionar a CPE é o caminho seguro para a consecução destes objetivos.

Rondônia

Prefeito de Porto Velho faz demagogia com o aval das direções sindicais

No mês do agosto, o prefeito de Porto Velho, Hildon Chaves, anunciou um reajuste de 5% no salário dos servidores, e anunciou que, a partir de setembro, todos receberiam a parcela de 3,75% e, em janeiro, viriam 1,25%. Quando chegou setembro, o prefeito demagogo não pagou. Os servidores aguardaram outubro, e nada da migalha cair na conta. Mais ainda: o prefeito convocou os servidores municipais para comparecerem, no dia do funcionalismo, 28 de outubro, na Câmara de Vereadores, para o aplaudirem,

durante a assinatura do pedido de reajuste salarial. A ousadia foi além: solicitou que os sindicatos convocassem os filiados para encherem as galerias da Câmara de Vereadores.

Os servidores da educação rejeitaram a convocação do prefeito e a política conciliadora da direção do Sintero. No entanto, a presidente do Sindeprof, vereadora pelo PCdoB, que, no passado, se postou de inimiga do prefeito, nesse dia, fez grandes elogios ao demagogo.

A Corrente Proletária da Educação

– POR denunciou a conduta traidora das direções do Sintero e Sindeprof. Combateu a farsa montada pelo prefeito. Defendeu a reposição imediata das perdas salariais. E exigiu que o sindicato convoque assembleia, para impor por meio da luta direta as reivindicações dos servidores municipais. Por fim, fez um chamado aos servidores mais conscientes a se somarem à Corrente Proletária, na tarefa de construção de uma oposição classista para enfrentar os governos e as burocracias sindicais conciliadoras.

Ato contra a extinção de cursos da ETEC

No dia 31 de outubro, estudantes das Escolas Técnicas Estaduais de São Paulo se reuniram, em frente à sede do Centro Paula Souza (CPS), instituição responsável pela administração, para protestar contra o fechamento dos cursos de Produção Audio Visual (PAV), Museologia e Hospedagem (tarde). O Vestibulinho da ETEC sequer abriu novas vagas destes cursos para o primeiro semestre de 2020.

Por conta disso, alunos de diferentes unidades se mobilizaram, principalmente aqueles das unidades diretamente afetadas, e compareceram ao ato, para panfletar e colar cartazes, fazendo um chamado para uma aula pública, com o objetivo de denunciar as arbitrariedades, e discutir os próximos passos da luta.

Entre as denúncias, constavam a falta de merenda, o descalço com a falta de estrutura das ETECs, e outras questões. O movimento exige a abertura imediata das vagas e a prorrogação das inscrições para o Vestibulinho.

A direção do CPS respondeu com a truculência e o descalço: desde as 13h, a segurança do local trancou os portões, montou guarda na entrada, e nenhum representante da instituição se dispôs a falar com os estudantes. Os principais argumentos para o encerramento dos cursos, no entanto, já eram conhecidos: a suposta falta de demanda e a evasão. Mas, o curso de PAV, por exemplo, oferecido somente na ETEC Jornalista Roberto Marinho, é o único curso técnico gratuito da área, e é extremamente concorrido. Com 40 vagas por semes-

tre, chega a ter uma procura de aproximadamente 15 alunos por vaga.

Ao mesmo tempo em que não oferece as novas vagas para o curso de PAV, a ETEC abre vagas para quatro cursos do NovoTec Integrado: Informática para Internet, Marketing, Programação de Jogos Digitais e Comunicação Visual. A instituição defende que não é um fechamento, mas sim uma “revisão”, para que sejam feitas “adequações”. Dá o exemplo do curso de Hospedagem da ETEC Santa Ifigênia, que estaria oferecendo 40 vagas do curso na modalidade NovoTec.

O movimento estudantil, porém, rejeita o NovoTec e seu formato arbitrário, em que o estudante terá de fazer o curso técnico junto com o ensino médio, no mesmo período. Além de isso significar mais tempo do jovem na mesma escola falida de sempre, implicará a exclusão daqueles que já concluíram o ensino médio, ou daqueles que precisam do horário noturno, por trabalharem durante o dia.

O movimento decidiu organizar uma nova panfletagem e um novo ato, que seja maior e unificado, para o dia 11 de novembro, um dia antes do encerramento das inscrições para o Vestibulinho. A concentração será na Praça da República, às 14h, seguindo para a sede do CPS. Para a mobilização avançar, a Corrente Proletária Estudantil defende que é preciso uma ampla campanha junto aos estudantes, com a realização de assembleias, sem deixar de indicar a importância do método da ação direta.

Eleições DCE-USP:

Corrente Proletária e Independentes, na chapa Oposição Revolucionária, defendem voto contra a traição das direções e por um DCE classista, democrático e de luta

As eleições ao DCE da USP ocorrem nos dias 5 a 7 de novembro. A inscrição das chapas foi no dia 31/10, e sua retificação no dia 03/11. Ou seja, houve apenas um dia de campanha. Esse calendário foi decidido pelo Conselho de Centros Acadêmicos, dominado pelas correntes do PT e PSOL. As eleições, assim, ocorrerão sem um debate dos programas entre os estudantes, e deve ser decidida com base no aparato dos partidos.

A Corrente Proletária (POR) e independentes organizaram, durante o mês de outubro, duas plenárias abertas, convocadas com dois manifestos, cartazes, krafts, de forma a que todos soubessem de sua realização. Nenhuma das correntes ditas de oposição compareceu a elas, nem mesmo para dizer que não queria uma unidade oposicionista. No entanto, na véspera do prazo, correntes do PSOL e o PCB fizeram uma “convenção”, na qual se votava não o programa, mas quem podia e quem não podia fazer parte da chapa de oposição. O POR não foi convidado, mas disseram de forma infame que não queríamos fazer parte da chapa. Assim, há sete chapas de oposição à direção do DCE, controlado pelo PT/PCdoB.

Isso ocorreu por que o movimento estudantil está frag-

mentado e paralisado. Somente a mobilização geral e unitária pelas reivindicações é capaz de impor a unidade frentista às correntes da pequena burguesia. A derrota na votação da Previdência, causada pela traição das direções sindicais e estudantis, frente burocrática da qual a direção do DCE (e digase, setores ditos oposicionistas também) faz parte, deixou as diversas correntes se lançarem isoladamente como oposição, enquanto durante o ano inteiro, se alinharam à direção ou se abstiveram nas assembleias gerais. A polarização política, em torno às propostas, nas assembleias e dentro do movimento estudantil, este ano, como vem sendo nos últimos oito anos, se deu entre direção do DCE e correntes, de um lado, e POR e independentes, de outro.

A política do POR para essas eleições é a de denúncia da traição das direções diante da reforma da Previdência de Bolsonaro e do Congresso Nacional, e a defesa da necessidade de construção de uma direção classista, que impulsione o movimento estudantil a se chocar com a reitoria, governo e capitalistas, em unidade com o proletariado, com seus métodos de luta, e sua estratégia própria de poder.

Assim, logo no primeiro debate, o POR afirmou que o fato

mais importante do ano foi a luta contra a reforma da Previdência, e que a direção do DCE (PT/PCdoB) foi posta à prova.

Como ponto de partida, é preciso dizer que essa direção foi reprovada pelos fatos. Essa direção é parte da frente burocrática, que desviou as massas da luta direta das massas para o Congresso. Esse caminho levou à derrota. Foi uma traição diante da disposição de luta mostrada nas ruas. Essa traição criou uma grande desconfiança nas bases, que hoje estão vacilando em assumir novamente o caminho da ação direta. É preciso denunciar essa traição, sob o risco de compactuar com ela. Somente compreendendo as razões da derrota, as massas voltarão à trajetória da luta nas ruas.

A direção do DCE, interpelada pelo POR sobre a traição, se negou a responder. Afirmou que era uma questão de debate de conjuntura, que não cabia no debate eleitoral. Nem mesmo uma desculpa esfarrapada deu. Uma pena que o debate foi frequentado quase que totalmente pelas correntes que disputam

o DCE, pois, os estudantes precisavam ter participado desse debate.

Notamos que as demais chapas falam de tudo, menos da traição das direções. O PSOL, dividido em duas chapas, teve uma política de apoio à linha das negociações das emendas à reforma, ditadas pelo PT/PCdoB. O PCB se encontra submetido ao PSOL. O MRT fala bastante da necessidade de seguir o exemplo do Chile, mas não denuncia a traição da frente burocrática no Brasil.

As eleições são o momento em que se verifica a força dos aparatos partidários, o seu controle sobre as bases, o estágio de desenvolvimento da consciência política dos estudantes e a penetração do programa revolucionário encarnado pela vanguarda marxista. A conclusão é de que também no movimento estudantil se manifesta a profunda crise de direção, que deve ser enfrentada constituindo uma fração que possibilite os estudantes se emanciparem da política reformista.

Balanço do 30º Congresso do Sinpeem

Um congresso imobilista, que serviu para encobrir a traição das centrais

Entre os dias 22 e 25 de outubro, ocorreu o 30º Congresso do Sinpeem. Aconteceu no momento em que o Senado aprovava, em segundo turno, a brutal reforma da Previdência, e anunciava a extensão dessa reforma para os estados e municípios, por meio de uma PEC paralela. O Congresso, portanto, estava diante de uma profunda derrota dos trabalhadores e da política traidora da frente burocrática das centrais sindicais.

Como os reformistas contavam com a maioria dos delegados, prevaleceu a política conciliadora das direções responsáveis pela aprovação, sem luta, de duas reformas antipopulares.

A tarefa do Congresso era de realizar um balanço das derrotas, que inclui a reforma trabalhista, combater a política de conciliação das direções sindicais, e retomar a luta para pôr abaixo essas contrarreformas. No entanto, o Congresso foi planejado para reforçar a política imobilista do sindicato, e manter a despolitização dos trabalhadores da educação. Para isso, uma boa parcela de delegados compareceu iludida com as palestras de “formação”, as atividades culturais, e esperançosa em angariar alguns pontos a mais para a evolução na carreira. O que foi demonstrado durante a votação do Regimento, que previa as mesas de formação, eventos culturais, e poucas plenárias de discussão de propostas contrárias à tese oficial, e do plano de lutas. A Corrente Proletária interveio em favor dos grupos de discussão e plenárias deliberativas, assim, se opondo ao Congresso distracionista. Mas, não foi possível reverter o rumo dado ao Congresso, haja vista que a maioria dos delegados estava convencida de que era um espaço de “formação” e de lazer cultural.

Cabe ressaltar que, nos raros momentos de discussão política, em particular, sobre a traição da frente burocrática das centrais, a burocracia do sindicato teve como aliada a corrente

O Trabalho/PT, que saiu em defesa dos traidores da classe operária e demais explorados. Esse foi um dos pontos que revelou as duas políticas presentes no Congresso: a reformista e a revolucionária. Como os reformistas contavam com a maioria dos delegados, prevaleceu a política conciliadora das direções responsáveis pela aprovação, sem luta, de duas reformas antipopulares. Nos dias restantes, a burocracia manobrou para

que sequer o Plano de Lutas fosse debatido, e servisse como instrumento para a organização dos trabalhadores para enfrentar as novas ofensivas dos governos Bolsonaro e Covas.

Na tentativa de quebrar esse cerco burocrático, as correntes de oposição (PSOL, PSTU e POR), organizadas na Unidade da Oposição, elaboraram resoluções e pontos para o Plano de Lutas, que seriam apresentadas na segunda plenária. No entanto, a burocracia inviabilizou qualquer possibilidade de discussão em plenária. Dessa forma, o Congresso foi encerrado sem nenhuma perspectiva de luta em defesa das reivindicações e de combate às contrarreformas. Nem mesmo se aprovou a convocação de uma assembleia para organizar a resistência dos trabalhadores da educação e a unidade com os demais explorados.

A Corrente Proletária interveio no Congresso com o Manifesto, convocando os delegados defenderem o método da ação direta e da independência de classe, contra as traições das centrais e sindicatos. Divulgou a tese da Corrente, tendo em vista que o sindicato não publica as teses, mas apenas as emendas à tese-guia. Fez campanha em torno da luta dos oprimidos chilenos, distribuindo o Manifesto contra o governo pinochetista de Piñera, e em defesa de suas reivindicações. E trabalhou pela divulgação do Jornal Massas e da Revista Proletária da Educação nº 9.

Conclusão

Ficou, mais uma vez, evidente que a burocracia do sindicato se opõe à realização de Congressos que visam à politização da vanguarda para enfrentar os governos. Daí os Congressos supostamente de “formação”; de evolução funcional individual; e recheado de atrações culturais. Portanto, são Congressos à margem das necessidades gerais dos trabalhadores da educação.

Por outro lado, as correntes oposicionistas, reunidas na Unidade da Oposição, não prepararam com antecedência o Congresso. O que pressupunha a convocação de plenárias, a

discussão de propostas, e a eleição de delegados nas escolas. A Corrente Proletária não teve força para alterar o imobilismo também presente na Oposição. A reunião, durante o Congresso, foi importante, mas não modificaria as manobras da direção do Sinpeem, corrente Compromisso e Luta.

Essa experiência negativa deve servir para modificar os rumos da Oposição, que deve ser classista, e estar sobre a base do programa de luta do proletariado. Deve servir para impulsionar o combate à burocratização do sindicato, para impulsionar a luta direta em defesa das reivindicações e para enfrentar as contrarreformas do governo Bolsonaro/Guedes, e de seus aliados em São Paulo.

Sinpeem

Nota sobre o Congresso Sinpeem

BUROCRACIA EXCLUI A SALA DE DEBATE DO QUADRO DE APOIO

Não é de hoje que os governos e capitalistas pisoteiam os funcionários do Quadro de Apoio da Educação. Nas últimas décadas, os prefeitos, desde o direitista Jânio ao reformista Haddad, não fizeram outra coisa senão precarizar as condições de trabalho. O miserável piso salarial de 1,3 salário mínimo atesta a miserabilidade a que chegaram os funcionários de escola.

As direções sindicais, por sua vez, colaboram com essa situação, porque não fazem nada para alterar essa brutal superexploração. Ao contrário, transformaram os sindicatos em empresas de prestação de serviços, criando laboratórios, cursos, colônias, etc. Ao invés de usá-los para organizar a luta coletiva, contra a precarização das condições de trabalhos e os salários aviltantes, essa direção utiliza os sindicatos para praticar a política de conciliação de classes, que inclui o assistencialismo. Não poucas vezes,

tais direções se comportam como proprietárias dos sindicatos e tratam os trabalhadores de forma autoritária.

No Congresso do Sinpeem, isso ficou visível. A burocracia, que controla o sindicato e o Congresso, eliminou a sala do QA da programação. Justifica que o número de funcionários tem di-

Para a burocracia, é preciso esvaziar a discussão entre o POR e os funcionários. Daí a extinção da sala de debates do QA.

minuído, e não tinha sentido manter uma discussão específica sobre o QA. A pergunta é: por que os funcionários estão se desfiliando, ou se recusam a se filiar ao Sinpeem? Certamente, uma parcela despolitizada não vê a importância de combater a burocratização do sindicato e, assim preferem outras associações. Outra razão está no fato da Corrente Proletária ser o responsá-

vel pelo QA. Para a burocracia, é preciso esvaziar a discussão entre o POR e os funcionários. Daí a extinção da sala de debates do QA. O fundamental é que os ATEs, mesmo não tendo uma sala, se reuniram e aprovaram as reivindicações mais sentidas: reajuste salarial, piso vital, redução da jornada para 30h, combate ao desvio de função e fim da terceirização. Exigiram que o Secretário Geral do sindicato encaminhasse as propostas para votação junto com o plano de lutas. No entanto, o presidente do sindicato bloqueou o debate de Plano de Lutas, na plenária final.

No final do Congresso, a Corrente Proletária chamou uma reunião para fazer um balanço e discutir o avanço da burocratização do sindicato. É preciso aproveitar essa experiência negativa para retomar as reuniões de base, organizar a luta para enfrentar os governos e a burocracia colaboracionista.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

nº 9
Set 2019

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

Nesta edição:

- América Latina.
- **Especial Chile** - Páginas 17 a 21
- **Bolívia**: Manter a luta até retirar Evo Morales do poder, mas sem nenhum apoio ao obscurantismo fascista de Luís Fernando Camacho.
- **Argentina**: Poderá Alberto Fernández satisfazer as poderosas ilusões democráticas que despertou?
- **México**: Servilismo de Obrador diante dos EUA.
- **Convulsão no Iraque**.
- As viradas na situação mundial e as tarefas revolucionárias.
- **Lênin**: *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Confluência de acontecimentos expõe o avanço da crise capitalista na América Latina

O imperialismo confiava que a eleição de Macri em 2015 era o ponto de partida para a derrocada do peronismo. Concluiu seu mandato com a Argentina mergulhada na crise econômica e social mais profunda do que a do período de Cristina Kirchner. Greves gerais e manifestações massivas se opuseram à política econômica, francamente antinacional e antipopular.

Macri prometeu que inauguraria uma nova etapa da democracia e do desenvolvimento econômico do País. E que o povo argentino o ajudaria a cumprir a virada histórica. O contrário se passou. Macri, imediatamente, submeteu a diretriz governamental aos cálculos do Fundo Monetário Internacional (FMI). A tarefa



Os sintomas de ilusões democráticas que se avivaram em torno à volta do peronismo ao poder, no entanto, não têm como se sustentar por muito tempo.

número 1 foi a de resolver as pendências com os credores internacionais, e garantir-lhes o pagamento dos juros e amortizações. Para isso, recorreu a novos empréstimos, agravando ainda mais o peso da dívida pública sobre o Tesouro Nacional, e, portanto, sobre a economia e a vida da maioria oprimida.

As medidas antipopulares e a recessão ampliaram e intensificaram a polarização entre a riqueza da minoria e a pobreza da maioria. A miséria atingiu um patamar muito acima dos anteriores. A classe média, que vinha, passo a passo, regredindo, foi assaltada pelo temor da pobreza, que se disseminava e dissemina

sobre a população. No momento em que o custo de vida se tornou insuportável, não havia como Macri ocultar o vínculo entre a proteção do capital financeiro e o sacrifício das massas.

A certa altura da regressão econômica, ainda maior do que no período do governo Cristina Kirchner, se abriu um fosso diante do governo Macri, que iria impossibilitar um segundo mandato. Nas eleições de 27 de outubro, a candidatura do peronista Alberto Fernández e Cristina Kirchner venceu no primeiro turno. Milhares e milhares de apoiadores se concentraram em frente ao comitê de campanha de Fernández, numa demonstração de popularidade ativa do peronismo. Os sintomas de ilusões democráticas que se avivaram em torno à volta do peronismo ao poder, no entanto, não têm como se sustentar por muito tempo. As tendências de desintegração do capitalismo e de retrocesso social não poderão ser contidas e revertidas. Trata-se de um processo que se evidenciou muito antes, e que eclodiu nos anos de 1990. As massas se chocaram diretamente com o governo Fernando de La Rúa, da União Cívica Radical. Seu sucessor, o peronista Eduardo Duhalde, não teve como estancar a crise política. A estabilização do poder da burguesia coube a Néstor Kirchner, que contou com o bom desempenho da economia mundial. A Argentina foi arrastada – como toda a América Latina – pela crise mundial iniciada em 2008. O segundo mandato de Cristina Kirchner refletiu o avanço da decomposição da economia interna. O que deu lugar para Macri ascender, apoiado na frente “Cambiemos”, retomando as diretrizes econômicas da ditadura militar, que favoreceram aos interesses de um setor da oligarquia, do capital financeiro e do imperialismo. Os anos de kirchnerismo não levaram a uma ruptura com essa orientação. O máximo que o peronismo pôde fazer foram adaptações, a exemplo da renegociação da dívida. Manteve-se à sombra do FMI. Descarregou a crise sobre a maioria oprimida, embora tenha disfarçado a política antipopular com subsídios e assistencialismo. A eleição de Fernández pode arrefecer, provisoriamente, o curso de enfrentamento das massas, que vinham se ampliando, em resposta a Macri. Não há como os peronistas, que encarnam a caricatura do nacionalismo burguês, praticarem uma política econômica que contrarie o capital financeiro, os monopólios e o imperialismo. A brevidade da experiência dos explorados com o novo governo dependerá da capacidade da burocracia sin-

dical de convencer a classe operária e demais trabalhadores a se conformarem com a política de conciliação de classes. Dependerá, por outro lado, da capacidade da vanguarda revolucionária de expressar a revolta latente do explorados, que não se dissolveu com a polarização eleitoral.

No Uruguai, a direita conseguiu ir para o segundo turno nas eleições. Luis Lacalle Pou, do Partido Nacional, terá de obter o apoio dos candidatos Ernesto Talvi, do Partido Colorado, e Guido Nanini Rios, do Cabildo Aberto, para derrotar o candidato da Frente Ampla, Daniel Martínez, que obteve, no primeiro turno, 40,66%, contra 29,68% de seu opositor. A Frente Ampla, que está há 20 anos no poder, ganhou, no primeiro turno, apenas nas eleições de 2004. Não é novidade, portanto, que tenha, agora, de disputar o segundo turno. A diferença está em que obteve menor número de votos em relação às disputas anteriores (2009, 49,3%; 2014, 49,5%). A soma dos três candidatos da oposição corresponde a 53,77%. Eis por que os analistas avaliam a possibilidade de uma derrota da Frente Ampla, caso a oposição se unifique, e consiga arrastar seus eleitores a votar em Lacalle, apesar de que teve baixa votação.

As dificuldades da Frente Ampla são explicadas pelo crescimento da criminalidade, o que quer dizer que aumentou a pobreza e a miséria de uma camada da população. O Uruguai atravessou o período da crise mundial, iniciada em 2008, sem sobressaltos, embora não tivesse podido manter as altas taxas entre os anos de 2004 e 2008. A Frente Ampla, porém, não conseguiu dar um passo na industrialização. Cresceu a dependência do Uruguai à economia agroexportadora. Tudo indica que não terá como garantir o padrão de vida de sua classe média no próximo período, em que desponta nova fase da crise mundial e da América Latina. A ampla manifestação massiva contra a volta da direita, e o recorde de participação nas eleições, revelam como as ilusões democráticas persistem na consciência coletiva das massas uruguaias. A ausência de um partido revolucionário estruturado abre o caminho para que o descontentamento popular seja canalizado para o apoio às frações burguesas em disputa.

As eleições na Bolívia terminaram em aguda crise política. O candidato da velha direita oposicionista, Carlos Mesa, não aceitou o resultado favorável a Evo Morales. A denúncia de fraude está na dependência da investigação da Organização dos Estados Americanos (OEA), um aparato do imperialismo norte-americano, que acompanhou as apurações. Evo fez a acusação de estar em andamento um golpe para anular sua vitória. A crise interburguesa, porém, é anterior. Pela Constituição, promulgada no governo do MAS, Evo Morales somente poderia concorrer à reeleição e nada mais. Fez uma interpretação particular e, com apoio do Tribunal Constitucional, obteve um terceiro mandato. O conflito interburguês recrudescer em torno ao direito de concorrer às eleições do presente ano. No referendo de fevereiro de 2016, a maioria negou-lhe um quarto mandato. O Tribunal Constitucional decidiu a favor de Morales, com base na Convenção Americana dos Direitos Humanos. Com essa manobra, pela segunda vez, o governo e seus capachos passam por cima da Constituição. Sabemos que, em toda parte, as Constituições são violadas. O Brasil é um dos exemplos. É importante assinalar a violação da Constituição, porque evidencia o quanto caricatural é a democracia formal na



A continuidade de Evo no poder se encarregará de colocá-lo frontalmente contra a maioria oprimida, que já vinha se deslocando do controle do MAS. O que potencia as condições para o Partido Operário Revolucionário desenvolver a estratégia própria de poder, que é a do governo operário e camponês.

Bolívia, e, portanto, o quanto o MAS e Evo Morales a usaram para canalizar a revolta das massas empobrecidas. Nos três mandatos, o seu governo passou da fisionomia de esquerda nacional-reformista a pró-imperialista. Assim como os demais governos dessa linhagem na América Latina, Evo contou a seu favor com os bons ventos da economia mundial e da valorização das commodities. O crescimento médio de 4,5% do PIB, desde que ocupou o poder, em 2006, embora seja baixo para uma economia atrasada, colocou a Bolívia em melhores condições do que a maioria dos países da América Latina. A seminacionalização da YPFB, e a renegociação dos contratos de exploração do petróleo e gás com as multinacionais permitiram uma maior arrecadação e favoreceram o período de crescimento do País. No entanto, as multinacionais continuaram controlando a exploração de recursos naturais, de forma que 80% do gás continua em seu poder. O capital imperialista ampliou sua penetração, sob o governo do MAS. Também nesse caso, não foi dado um só passo na industrialização do País. Para isso, Evo atendeu às pressões externas, para impor às massas as contrarreformas. A política de conciliação da burocracia da COB e a subserviência de uma camarilha de dirigentes indígenas, apoiados nos “êxitos” do governo, mantiveram a classe operária (mineiros e fabris) e uma parcela da população indígena submetidas ao governo, que se apoiou na grande propriedade privada dos meios de produção e concluiu como serviçal do imperialismo. A continuidade de Evo no poder se encarregará de colocá-lo frontalmente contra a maioria oprimida, que já vinha se deslocando do controle do MAS. O que potencia as condições para o Partido Operário Revolucionário desenvolver a estratégia própria de poder, que é a do governo operário e camponês.

Em 8 de outubro, um massivo movimento contrário às medidas do governo equatoriano, Lenín Moreno, ocupou a Assembleia Nacional. A repressão tornou a crise política ainda mais convulsiva. Lenín teve de mudar a sede do governo, e acabou selando um acordo com as direções indígenas conciliadoras (Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador – Conaie). O recuo foi uma vitória momentânea. A gravidade da situação da maioria oprimida e a marcha da decomposição econômica permanecem.

O governo recuou, depois de as forças policiais terem assassinado vários manifestantes. O enfrentamento das massas às contrarreformas recrudesce a luta de classes e expõe o Estado policial. A dívida pública de 36% do PIB é um importante fator que bloqueia a economia do país. O parasitismo do capital financeiro se levanta como uma grande trava. O governo nacional-reformista de Rafael Correa se mostrou incapaz de nacionalizar a indústria petrolífera, cujo peso na estrutura econômica do País é imenso. Os conflitos entre as petroleiras e os indígenas, que têm suas terras invadidas, se potenciaram, sob o governo de Correa. Seu sucessor, Lenín Moreno, mandou às favas o nacional-reformismo, e assumiu plenamente a orientação do Fundo Monetário Internacional. O fim do subsídio aos combustíveis, que vinha sendo praticado gradualmente, se tornou o estopim do levante de outubro. O movimento, em grande medida de composição indígena, não pode expressar o programa proletário de nacionalização do petróleo, e expropriação do grande capital. Embora o levante tenha conseguido um importante vitória, fazendo o governo retroceder em suas medidas, essa limitação inviabiliza a unidade da maioria oprimida contra o imperialismo e a oligarquia equatoriana.

Em 6 de outubro, no Chile, o protesto contra o aumento do preço das passagens do metrô desencadeou uma revolta popular contra o governo. Sebastián Piñera revogou a medida, diante da fúria das massas. A morte de 23 manifestantes, e centenas de prisões, não quebraram a disposição dos explorados de irem às ruas. O aumento das passagens não passou de um pinga no oceano das precárias condições de existência da maioria oprimida. O governo ultraliberal, francamente pró-imperialista, sintetiza, anos a fio, contrarreformas impostas desde a ditadura fascista de Pinochet. Os governos democratizantes do Partido Socialista e de aliados, como o Partido Comunista do Chile, conservaram as medidas antinacionais e antipopulares do período de 1973 a 1990. O afastamento do fascista se deu por meio de um acordo dos socialdemocratas com os pinochetistas, sob a benção dos Estados Unidos. O que resultou em um acordo de conservação da obra da ditadura militar. Mesmo o restabelecimento da democracia formal ocorreu de maneira a não provocar rupturas profundas com as instituições erguidas pelos generais. A Constituição que substituiu à da ditadura manteve aspectos fundamentais do regime ditatorial. O Chile se tornou o exemplo mais genuíno de como a burguesia necessita de um regime e governo altamente centralizadores e fascistizantes, que destroem as organizações dos explorados. A profunda derrota da classe operária e dos camponeses, que se iludiram com o governo de Unidade Popular, de Allende, os impediu de trilhar o caminho da revolução social, possibilitou o golpe e aplainou o caminho para a volta da democracia mais desfigurada que a do passado, anterior ao golpe de 1973. O método de guerra civil, aplicado por Piñera, corresponde não só à necessidade presente do poder da burguesia, como a uma regressão às conquistas democráticas, que permitiram a constituição de um governo frentepulista, de aliança do Partido Socialista com o Partido Comunista. A revolta, nesse momento, expõe as raízes históricas que antece-

dem o golpe fascista, e as que dele germinaram. É sobre a base dessa experiência que a revolta popular ganhou enorme dimensão, depois das manifestações da juventude estudantil, em 2006, 2011 e 2012. A diferença, agora, é que o movimento se ampliou, refletindo o descontentamento da classe média empobrecida, e assinalando a necessidade do proletariado tomar a iniciativa da luta de classes. Ressalta, dramaticamente, a necessidade de construir o partido marxista-leninista-trotskista, que erradique no seio das massas a influência nefasta da socialdemocracia e do estalinismo putrefato.

Nota-se que vem ocorrendo uma conjugação de respostas dos explorados e da juventude às consequências da crise econômica, do avanço da barbárie e das contrarreformas. Trata-se da manifestação das tendências de luta, que se potenciam em cada país, e se generalizam na América Latina, devido à situação insuportável de sobrevivência da maioria oprimida. É certo que não é um acontecimento novo. Constantemente, as massas enfrentam medidas governamentais que agravam a concentração de riqueza, sob a posse de uma minoria, e a expansão da pobreza e miséria, sobre a maioria.

(...) vem ocorrendo uma conjugação de respostas dos explorados e da juventude às consequências da crise econômica, do avanço da barbárie e das contrarreformas.

Trata-se da manifestação das tendências de luta, que se potenciam em cada país, e se generalizam na América Latina, devido à situação insuportável de sobrevivência da maioria oprimida.

O capitalismo, há muito, que não tem como desenvolver mundialmente as forças produtivas. As crises constantes se convertem em destruição de parte delas. O desemprego e subemprego crescem, em vez de diminuir. A burguesia, sob a condução do capital financeiro, não encontra outro caminho, a não ser o das contrarreformas.

Os choques frontais dos explorados no Equador, Chile e Haiti, em particular, dão a dimensão do desenvolvimento da luta na Bolívia, Argentina, Colômbia, Peru e Brasil. Apesar das especificidades, a crise na Venezuela é parte do mesmo processo de desintegração do capitalismo e decomposição dos regimes políticos. As greves, protestos

e revoltas têm ocorrido, tanto sob os governos nacional-reformistas incapazes de enfrentar o imperialismo, quanto os governos francamente pró-imperialistas. É nessas condições que, na Argentina, o peronismo volta ao poder. No Chile, os socialdemocratas vão aproveitar a desmoralização do governo pinochetista para, mais uma vez, se apresentarem como solução política. No Brasil, cresce a esperança do PT, com a possibilidade de Lula ser libertado, nas condições em que as massas já abriram, com a greve geral e manifestações, uma rota de colisão com o governo Bolsonaro.

É preciso, ainda, considerar as tendências de luta de fora da América Latina. É sintomática a união das massas no Líbano, um país fragmentado por etnias e sectarismo religioso, contra as medidas pró-imperialistas. O governo iraquiano não tem conseguido conter a revolta das massas, apesar das forças de repressão terem matado 157 manifestantes. A unidade anti-imperialista do povo iraquiano se choca com o intervencionismo norte-americano. Na França, embora Macron tenha controlado o impulso do movimento dos “Coletes Amarelos”, nada foi resolvido. O retorno às ruas do movimento separatista da Catalunha expõe a ferida aberta em uma Espanha estagnada e em retrocesso. O impasse do Brexit, na Inglaterra, não deixa dúvida sobre a decomposição da União Europeia, que não teve como servir de meio para desbloquear suas

forças produtivas. A greve na General Motors, nos Estados Unidos, chamou a atenção pelo fato da maior potência vir passando pelo processo de desindustrialização. Indicou que a política protecionista, e o objetivo de repatriar parte das indústrias, não têm conseguido aplacar as contradições internas.

Esse quadro geral testemunha que as forças produtivas, altamente desenvolvidas, tendem a se desintegrar, sob a forma da propriedade capitalista dos meios de produção e as fronteiras nacionais que as encarceram. A revolta das massas expressa tais contradições, em outras palavras, o esgotamento histórico do capitalismo. Expressa o amadurecimento das premissas materiais da revolução proletária, mesmo nos países em que a presença do pré-capitalismo seja marcante, como na Bolívia, Equador, Haiti, etc. A economia combinada desses países, em que se preservam modos de produção distintos, pré-capitalista e capitalista, sob a domina-

ção imperialista, faz parte da economia mundial. Está aí por que esses países semicoloniais somente se libertarão com a revolução proletária. A sua composição camponesa, presa às relações pré-capitalistas de produção, coloca a necessidade da revolução agrária, que se acha vinculada à luta pela ruptura com o imperialismo e em defesa da independência nacional. É do interesse dos explorados do campo se unir ao proletariado, em uma aliança operária e camponesa, que tem por finalidade derrotar a burguesia e implantar o governo operário-camponês, expressão governamental da ditadura do proletariado. A vanguarda que desperta nas revoltas poderá impulsionar a construção do partido revolucionário, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, em defesa da estratégia dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Para isso, está obrigada a organizar a luta dos explorados, sob a bandeira do governo operário e camponês.

Chile

Publicamos as posições do Partido Operário Revolucionário do Chile, que estão impressas no Jornal Luta Operária, de outubro. O levante das massas foi surpreende, apesar de suas tendências terem sido evidenciadas nas manifestações da juventude estudantil, de 2006, 2011 e 2012. A brutal repressão, que deixou inúmeros mortos, feridos e prisões, não conseguiu, até o momento, arrefecer o ímpeto das manifestações. O governo de Piñera já não tem serventia para a política de dominação de classe da burguesia. As negociações da oposição, lideradas pelo Partido Socialista, socialdemocrata, indicam a necessidade de recompor a estabilidade política e, portanto, impor um recuo às massas. O levante abriu uma situação pré-revolucionária, que precisará ser dissolvida pela aliança dos socialdemocratas com os herdeiros do pinochetismo. Sem que a classe operária e demais explorados levantem a estratégia própria de poder, as manobras políticas da burguesia, combina-

das com a repressão, acabarão por enfraquecer o combate. Nota-se que o Partido Operário Revolucionário, seção chilena do Comitê de Enlace, tem levantado a estratégia do governo operário e camponês, a única capaz de fortalecer a unidade dos oprimidos e amadurecer as condições para a revolução proletária. Não por acaso, se levanta a bandeira de “Fora Piñera”, com o claro objetivo de se estabelecer um novo governo burguês pela via eleitoral. É fundamental desenvolver no seio das massas a explicação e a defesa da estratégia própria de poder do proletariado. A experiência do Chile, sem dúvida, serve à luta de classes na América Latina. A intervenção do POR chileno impulsionará a sua construção no seio dos explorados. A bandeira de construção do partido marxista-leninista-trotskista, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, tem enorme importância para cumprir a tarefa de superação da crise de direção mundial.

Editorial

A rebelião popular no Chile indica uma mudança da situação política no Continente, e confirma o agravamento da luta de classes no país e no mundo. Há meses que diversos setores nacionais lutam pelas reivindicações básicas, como saúde e educação, bem como para acabar com o roubo institucionalizado dos fundos previdenciários das AFP, e voltar ao sistema de repartição estatal e solidária. Os operários portuários travam uma importante luta contra a precarização trabalhista, e pela plena segurança no trabalho. Todas essas lutas, hoje, se unificam e massificam em todo o país. Obrigam Piñera e a burguesia a retrocederem, pondo em crise seu regime de ditadura civil. As lutas se estendem pelo país, como um rastro de fogo, que exalta o entusiasmo da população, potenciando a ação direta das massas, com greves, bloqueios de estradas, barricadas e grandes manifestações. O poderoso movimento desafia as imposições do Estado de exceção e toque de recolher, não temendo as medidas restritivas, que têm provocado mortes, feridos, desaparecidos e milhares de prisões.

Esses fatos combinam com a situação política na América Latina, marcada pela onda direitista, e potenciada pelo inter-

vencionismo de Donald Trump e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Tais governos se acham submetidos aos empréstimos especulativos e imposições de ajustes: Macri, Bolsonaro, Lenín Moreno, Duque, Vizcarra e Piñera. Todos se auto impõem como lacaios de Trump. O modelo a imitar era o Chile, que hoje arde, como começou a arder na Argentina em 2017, no governo Macri. O mesmo veio a ocorrer no Haiti e Equador, há algumas semanas. Tudo parecia marchar de modo ordenado e disciplinado pelo imperialismo. Mas, as massas se levantaram na arena da luta de classes, provocando a crise política da burguesia piñerista e pró-imperialista.

A importância desse movimento está em seu amadurecimento. Em luta, desconhece a esquerda parlamentar, constitucionalista e legalista. Manifesta-se em um amplo repúdio a quem negocie em seu nome, exigindo o total desmantelamento do regime de ditadura civil imposto em 1990, por meio de negociações e leis ocultas. Desconfiam das saídas negociadas e eleitoreiras da politicagem burguesa. Ao contrário, nas marchas e comunicados, revivem as bandeiras da revolução e da luta de classes, que há décadas o reformismo havia enterrado.

O “Fora Piñera” não deve, nem pode servir, à politicagem da oposição burguesa, que, ao contrário de impulsionar a luta, sempre a bloqueou, e agora pretende aparecer como porta-voz dos protestos, confabulando com o corrupto e criminoso governo. A substituição deste governo deve ser gestada por delegados eleitos em assembleias operárias, populares, estudantis, camponesas, pescadores artesanais, mapuches, etc. para criar instâncias encabeçadas por organizações sindicais, que fortaleceram o descontentamento e que se nutriram dos elementos mais combativos, e que levantam as bandeiras das liberdades democráticas, que devem ser impostas à burguesia. Não de-

Outubro: Rebelião no oásis de Piñera, Golpeado pela luta de classes

O Chile foi escravizado, em toda a sua história, por uma burguesia ignorante, torpe, arrogante, e não menos saqueadora e servente ao capital estrangeiro, que ataca brutalmente o país, a classe operária e os despossuídos, que são a maioria nacional.

Nos últimos 46 anos, as massas operárias, camponesas e pequeno-burguesas têm suportado um brutal ataque às suas condições de vida, que se agudizaram com a dolarização da economia doméstica. Dessa forma, regula e submete o *peso*, o que se reflete na alta dos preços dos combustíveis, da luz elétrica, da água potável, e dos alimentos importados e nacionais. A quebra total da indústria manufatureira nacional abriu as portas para a aquisição de todos os bens essenciais de que o país necessita, por meio da importação.

A destruição da saúde e educação pública estatal ocorreu em benefício da privada, que é financiada pelo Estado, com o dinheiro que todos os chilenos pagam, com o Imposto de Valor Agregado (IVA), de 19%. O Estado arrecada por volta de 50% do PIB por este meio, eximindo do seu pagamento – ao mesmo tempo – empresas e comércio, e toda uma série de arbitrariedades próprias da exploração capitalista.

A brutalidade contra as massas oprimidas se intensifica quando se aprofunda a crise estrutural do capitalismo mundial. Permite que as organizações imperialistas, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), emprestem dinheiro aos países de capitalismo atrasado, em troca da restrição de subsídios estatais aos pobres e miseráveis. Governos dominados pelo imperialismo, como o de Lenín Moreno no Equador, que exercem brutalmente seu mandato se viram obrigados a recuar diante da ação radicalizadas das massas oprimidas.

A crise mundial capitalista acelera a agudização da luta de classes, luta que penetra em todos os estamentos da sociedade. Observando objetivamente os acontecimentos que estão ocorrendo no país, constatamos que os chilenos tiveram de suportar longas décadas de humilhações, vexames e arbitrariedades. O exposto anteriormente não pode ser separado da política de traição do estalinismo nacional e internacional, que favoreceu a instauração de um regime político fascista, que ainda permanecia intocado e inalterado.

Sebastián Piñera se gabava diante do mundo que o Chile era um oásis no contexto latino-americano.... claro que é, mas sob o selo de um paraíso fiscal para o capital multinacional, e como consequência da mais espantosa crueldade burguesa! Mas, essa situação começou a ter o seu ponto de inflexão, devido ao impulso dos

Chile

vemos permitir nenhuma manobra que acompanhe nossa luta transparente.

Lutar pelas liberdades democráticas! Aparição dos desaparecidos!

Libertação de todos os presos! Publicação da lista dos assassinos!

Punição de todos os responsáveis pela repressão civil e militar! Todos os crimes contra o povo devem ser punidos!

estudantes secundaristas (em sua maioria, filhos das famílias mais humildes dos colégios municipalizados).

A juventude, com a bandeira de não pagar o valor abusivo da passagem no Metrô de Santiago, se concentrou em diferentes horários e estações de Metrô, com a consigna “Evadir! Não pagar! Outra forma de lutar!”. O aumento da passagem não afetava o passe escolar, mas atingia seus pais. Essa faísca, impulsionada por esses estudantes secundários e universitários, se espalhou entre os trabalhadores, homens e mulheres que utilizam esse transporte, que se incorporaram à luta.

No quinto dia, os protestos se radicalizaram, obrigando o governo a colocar as Forças Armadas nas ruas. Na capital, os militares e carabineiros somavam dez mil, no entanto, os saques e os protestos não diminuíram. Já no sexto dia, os protestos radicalizados se estenderam ao restante do país. O governo decretou o “Estado de Exceção”, nas províncias de Valparaíso, Bio Bio y Coquimbo, onde os conflitos foram mais fortes (incêndio da Catedral em Valparaíso e do jornal “El Mercurio”). Em todas as províncias, ocorreram queima ou saques de supermercados, bancos, estações de metrô, trens, grandes empresas transnacionais, etc. Ou seja, todos os símbolos da crueldade capitalista.

JUSTIÇA POPULAR! Os saques não foram realizados somente pelos manifestantes mais pobres, mas também pelo lumpesinato e carabineiros, que ajudaram a queimar os supermercados com os seus lança-granadas, que jogavam nos telhados, retirando-se por um tempo, e depois chegando com furgões, com produtos como televisões de plasma, fraldas, remédios, etc.

Fica claro que a crise do capitalismo não somente afeta os habitantes mais pobres, mas também a este estamento pequeno-burguês – servidores públicos da saúde e educação, auxiliares da classe burguesa, que vivem endividados com os bancos.

A radicalização das massas permitiu que se transformasse em uma rebelião popular sem precedentes no país. Supera o que a história nos ensina: que as rebeliões sempre estiveram circunscritas a setores locais e pequenos, terminando em grandes massacres. A atual massividade da rebelião não permitiu que a burguesia cometesse atos de tal natureza, porque teria de matar todo o Chile. Recorreram ao discurso hipocritamente indigesto, como uma tentativa de enganar, ao retirar o aumento da passagem do Metrô, fazendo a promessa de legislar em benefício dos mais desprotegidos, reajustar as pensões, aumento de verbas para saúde,

educação, etc. São ofertas mais eleitorais do que reais, está claro que ninguém acredita nisto.

“Milagre”, diziam os camponeses, ao verem que o Rio Aconcagua está cheio de água. Não é um milagre, já que o governo exigiu que os mineradores e produtores de abacate abrissem as comportas, e deixassem passar a água do alto dos picos das cordilheiras, o que lhe impede de seguir com o discurso pequeno-burguês de mudança climática, omitindo descaradamente que as garras capitalistas são as que produzem a destruição da floresta e suas espécies nativas, gerando a diminuição das chuvas na região.

A burguesia e seus parlamentares, como o deputado Marcelo Díaz, propõem baixar os salários de todos os servidores do governo e parlamentares, como se isso gerasse alguma mudança. O empresário mineiro Andronico Luksic Craig se pronunciou, defendendo que os que mais ganham devem pagar maiores impostos. Contradiz o que até ontem insistia o presidente Sebastián Piñera, com a sua reforma tributária, destinada a baixar os impostos das grandes empresas.

Esse governo, ou qualquer outro dentro da atual Constituição, e com os mesmos conglomerados políticos no parlamento burguês, não é, nem será capaz de dar uma solução para a profunda crise. Por isso, recorreu ao emprego das armas para salvar este sistema capitalista corrupto e decadente, já que politicamente não pode dar uma solução. Precisa justificar o uso das armas para silenciar um povo desarmado, que demonstra, em cada manifestação, que com as suas mãos é capaz de destruir tudo, mas que falta a direção política da classe operária, organizada em partido político para cumprir as tarefas históricas de se libertar a si mesma e toda a nação oprimida.

O Partido Socialista, Partido Comunista do Chile e Frente Ampla, cada um à sua maneira, chama ao diálogo, para manter este sistema putrefato, que lhes permite eternizar os seus privilégios. Por anos, têm sido gratificados por seus amos burgueses, enquanto os estudantes mantinham uma luta tenaz contra a destruição da educação pública. Esses partidos apoiaram as leis de Piñera, para reprimir, oprimir, classificá-los como delinquentes, etc. As massas não devem cair na armadilha de diálogo, proposto por Michelle Bachelet, nem na armadilha dos movimentos sociais e sindicais da Frente Ampla e do PCCH estalinista, que levantam a consigna de Assembleia Constituinte. A Assembleia Constituinte lhes permitiria reacomodar-se a seus próprios interesses, “conversando”, “dialogando”, ou seja, negociando em nome do povo mobilizado, que aprendeu a ter uma absoluta desconfiança na politicagem burguesa, razão pelo qual se encontram ainda lutando nas ruas. Ou seja, é uma política destinada a institucionalizar a crescente mobilização.

As massas devem criar a sua própria organização independente, aglutinados em uma Frente Única Anti-imperialista, porque o imperialismo é o principal opressor de toda a Nação, junto a burguesia nacional entreguista, levando à destruição da economia, da riqueza natural e humana. Essa frente reúne todos os setores produtivos, sejam industriais, camponeses, artesãos, etc. O seu funcionamento deve ser permanente, em assembleias comunais, regionais e nacionais: determinando os seus próprios mecanismos para avançar na resolução dos múltiplos problemas que afetam os setores particulares e nacionais; mantendo, nesta estrutura, uma permanente discussão e resolução por meio de uma ampla democracia operária; formando uma estrutura de governo dual e de transição, até a tomada do poder proletário; e criando, tam-

bém, órgãos muito importantes, como são os tribunais populares, para castigar os crimes destes governos genocidas que torturam nas ruas, disparam matando transeuntes indefesos, e invadem as casas dos populares para deter pessoas.

Uma semana de rebelião popular permitiu às massas passar de uma indiferença para uma atividade de protagonismo na luta de classes, por reivindicações que o cretinismo parlamentar não colocou sobre a mesa por 29 anos. Esse cretinismo parlamentar embolsou grandes somas de dinheiro servindo à burguesia parasitária nacional e internacional.

Nem os governos burgueses, nem a politicagem burguesa poderão avançar um milímetro na melhoria da vida dos explorados. Somente em uma determinada e longa luta a classe operária poderá alcançar a liberdade e melhorar as suas condições de vida. Mas, deve resolver a construção de sua ferramenta política, que é a



Uma semana de rebelião popular permitiu às massas passar de uma indiferença para uma atividade de protagonismo na luta de classes, por reivindicações que o cretinismo parlamentar não colocou sobre a mesa por 29 anos.

construção do Partido Operário Revolucionário, com a consequente elaboração do programa da classe operária nacional. Marchará nessa tarefa unido ao Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI), como Partido Mundial da Revolução Socialista, até conquistar o poder político que destruirá o poder da burguesia, impulsionado o desenvolvimento das forças produtivas em benefício da grande maioria, eliminando a propriedade privada destes bens, hoje em mãos de uns poucos e desumanos seres presos ao dinheiro originado da brutal exploração do operário.

Por uma Frente Única Anti-imperialista, dirigida pela classe operária, unificando todas as lutas!

Pela criação dos Tribunais Populares!

Pela construção do Partido Operário Revolucionário, com o Programa a Classe Operária!

Por um Governo Operário e Camponês!

Pela Revolução e Ditadura Proletárias!

Manifesto à classe operária nacional e internacional e à maioria oprimida, contra a brutalidade capitalista e o imperialismo

O levante é parte do aprofundamento da luta de classes no continente, e tem seu paralelo no levante popular do Equador, nas greves e mobilizações na Colômbia, na crise do Peru, na luta de massas na Bolívia contra o governo direitista de Evo e seu opositor Mesa, e nas mobilizações que já duram várias semanas no Haiti para derrubar o governo.

A primeira consequência deste levante foi que provocou a “esquizofrenia política” do presidente Piñera, que não deixa de mostrar certa lucidez, na medida em que reconhece estar em guerra contra um inimigo poderoso. Certamente, desde há muito tempo, está em guerra contra a classe operária e a maioria oprimida, que hoje se sublevam e gritam: BASTA!



O país não pode, nem poderá continuar, confiando e suportando a indolência e prepotência dos governos de ditadura civil, nem seu parlamento e instituições burguesas.

Essa situação contradiz abertamente o PC Chileno (estalinista), e a mal denominada oposição “esquerda”, que levantam a bandeira “não estamos em guerra!”. Em que são coerentes, uma vez que fazem parte dos inimigos da classe operária e do povo. Cooperaram e negociaram leis altamente repressivas contra estudantes, e de perseguição da nação-classe Mapuche. Deixaram impunes, por outro lado, os delitos de financiamento empresarial à politicagem burguesa, aos monopólios farmacêuticos. Não atacaram o problema de fundo, valendo-se de um paliativo, como as farmácias populares, que importam remédios mais “baratos”, mas que eliminam os laboratórios do Chile. Laboratórios nacionais, que produziam medicamentos genéricos, e não os similares bioequivalentes, que têm preço menor que os de marca, porém, mais caros que os genéricos. Isto é, sempre ao lado dos capitalistas, negando a luta de classes, entre a burguesia e o proletariado, classes opostas e inimigas, assentadas na exploração da burguesia nacional e internacional, que se enriquece à custa do trabalho da classe operária, das riquezas naturais, e da quebra de setores produtivos pré-capitalistas.

A massiva luta de rua, produto da brutal repressão, evoluiu para uma guerra contra a burguesia nacional e o imperialismo, devido à dupla exploração que suportamos por 46 anos e, devido à brutal e bárbara repressão, que ultrapassou a paciência e submissão da classe operária e dos oprimidos. Desde a derrota sofrida em 1973, quando o povo do Chile e sua vanguarda operária foram arrasados pela traição estalinista do governo da Unidade Popular. Os explorados chilenos confiaram que, pela via eleitoral, seria possível construir o socialismo. E que os militares seriam a garantia desse processo. Há que se lembrar que a primeira atitude do presidente Salvador Allende foi a de chamar Augusto Pinochet. Isso por que, supostamente, a marinha em Valparaíso se levantava. Não se recordava, porém, que os supostos golpistas estavam presos desde o mês de agosto, porque haviam denunciado o golpe e aos denominavam constitucionistas.

O país não pode, nem poderá continuar, confiando e suportando a indolência e prepotência dos governos de ditadura civil, nem seu parlamento e instituições burguesas. A massiva passeata, procedente de Viña del Mar, de comunas do interior e morros de Valparaíso foi brutalmente reprimida e, de acordo com o chefe da praça, Almirante Juan Andres de la Maza, se justificou, porque tinham ordens dadas pelo prefeito de Valparaíso, Jorge Martínez Duran, e seria para proteger o Congresso Nacional, símbolo de uma pseudodemocracia, completamente desmoralizada perante as massas insurgentes.

Estas prosseguem o caminho da nação-classe Mapuche, que, desde sempre, lutou contra o Estado capitalista opressor e, hoje, vincula sua ancestral reivindicação de recuperação de suas terras com as do povo do Chile.

Apesar da brutal repressão policial militar – com mortos e feridos, com gente que perdeu a visão, desaparecidos, torturados e violações sexuais contra homens e mulheres, saques, incêndios provocados pela própria polícia e o exército, de modo a criar o desabastecimento e desmoralizar a rebelião popular, tudo para ganhar a simpatia da pequena burguesia acomodada, histérica e potencialmente fascista – a rebelião popular se transforma em situação revolucionária.

Milhões de pessoas continuam nas ruas, fazendo passeatas autoconvocadas, como as do dia 27 de outubro de 2019, vindo dos morros de Valparaíso e de Viña del Mar, rumo ao Congresso, com mais de 200 mil pessoas, entre crianças, adultos e velhos, que desconhecem toda institucionalidade e autoridades burguesas. Com a multitudinária marcha de Santiago do dia anterior, daquelas que ocorrem dia a dia, e em todas as partes do país, as massas foram superando as reivindicações

que, em princípio, foram saúde, educação e aposentadoria, e que, agora, levantam a bandeira de “até acabar com a Constituição”. Constituição essa tida como o maior obstáculo que se deve derrubar, e que permitirá avançar contra a barbárie capitalista. É por essa via que se coloca a luta por um governo operário-camponês, para alcançar a plena liberdade.

O governo, o estalinista PC Chileno, socialistas e Frente Ampla procuram se apossar dessas mobilizações, usando bandas de música, com suas organizações burocráticas, camufladas no meio das massas, sem suas bandeiras e com consignas reacionárias “PELA PAZ E NÃO VIOLÊNCIA”. Os seus desmoralizados organismos, criados pelos seus militantes nos processos constituintes e cabildos, da época de Michelle Bachelet, não alteraram uma vírgula da atual Constituição. Estão caducos, uma vez que, nesses 30 anos, conviveram com o modelo pinochetista, tempo mais que suficiente para se adaptarem. Agora, é a vez das massas varrerem esse regime de ditadura civil, sem cair em nenhuma cilada constitucionalista ou legalista.

A classe operária e a maioria nacional, que representam 80% da população, dizem basta! Estão dispostas a continuar a luta, com a certeza de que não retrocederão e voltarão ao que era antes, porque isso sim seria uma catástrofe, e a temem. Devemos estar atentos às ilusões constitucionalistas, que não terão nenhum valor para nossa luta, porque existe uma Constituição com seu tribunal constitucional, antioperário e antinacional, que exige alto quórum para derrubar ou mudar qualquer projeto de lei, existem projetos que dormem no parlamento há décadas, e os “honoráveis” nunca se esforçaram para legislar em benefício dos explorados e oprimidos, pois, não estão dispostos a perder seus privilégios de classe burguesa.

A situação no Chile é de uma importância gigantesca para América Latina e o mundo, porque é um modelo do neoliberalismo, instrumento do capitalismo imperialista, que se derrete diante das massas em luta, pela sua história e pela sua liberdade.

As condições objetivas fluem e se evidenciam no fragor da luta. A maioria oprimida, que durante décadas, suportou miséria e humilhação, põe-se de pé, com suas organizações e métodos de luta. É a caracterização que faz o marxismo de uma situação revolucionária: os de cima já não podem governar como antes, não sabem onde estão parados, acreditaram que, com ameaças, repressão brutal e com o exército nas ruas poderiam deter a mobilização, e fracassaram. Acreditaram que, mudando alguns membros do governo e fazendo algumas concessões, seria suficiente. Tudo fracassou. O próprio imperialismo indica ao governo que terá de fazer concessões mais significativas.

Para honrar aqueles que tombaram, desapareceram, foram torturados e sofreram violações sexuais, tanto homens quanto mulheres, devemos pôr em pé o seguinte:

A. Criar os comitês de defesa nas empresas, nos bairros, serviços públicos, entre camponeses e pescadores. A nação Mapuche tem vasta experiência nesse tipo de organização, e possui organismo de base, disposto a lutar, para conquistar reivindicações particulares e nacionais. O comitê de defesa é necessário, diante do Estado capitalista, que manterá seus organismos de opressão e institucionalidade burguesa, para calar os despossuídos;

- B. Coordenar esses comitês na comuna, na província e em nível nacional, nas assembleias permanentes, coordenadas mediante delegados eleitos em votação aberta, permanecendo nos seus cargos, enquanto tiverem a confiança das assembleias que os elegeram, e enquanto atuarem cumprindo o mandato da mesma;
- C. Diante das seguintes ações: 1) saque e incêndios de supermercados e farmácias, realizados por policiais e militares; 2) a impunidade como se deixam atuar as potentes caminhonetes, cujos proprietários são narcotraficantes armados; 3) a prisão de populares, que não suportam a fome e miséria. Diante da permissividade das autoridades, que tudo justificam como um mal menor, e da tática que tem sido historicamente usada pela burguesia para provocar desabastecimento de artigos de primeira necessidade, higiene e remédios, é de suma importância tomar as seguintes medidas:
- a. Que os operários portuários, pesqueiros, agrícolas, do transporte de carga e passageiros garantam o controle operário, para manter o abastecimento da população, e evitar a sabotagem e desabastecimento dos produtos de primeira necessidade;
- b. Apoiar os camponeses na recuperação da água para irrigação das hortaliças, que servem à população;
- c. Que os operários agrícolas exerçam o controle operário da distribuição, privilegiando o consumo nacional;
- d. Que os pequenos camponeses abasteçam de queijo e carne frescas as cidades;
- e. Acabar com o imposto aos combustíveis no transporte de carga e passageiros e a especulativa cobrança de pedágios pela utilização das estradas, exercidas pelas concessionárias multinacionais. Acabar com o subsídio aos grandes empresários nacionais e multinacionais do transporte de passageiros;
- f. Exercer o controle operário das finanças, distribuição e comercialização dos produtos frescos e em conserva no setor pesqueiro, limitando os grandes volumes de pesca destinados à produção de farinha, responsável pelos grandes benefícios das 7 famílias donas do mar; abastecendo destes produtos os setores da população, recuperando, dessa forma, o mar para os pescadores e para a população;
- g. Não permitir o fechamento da Empresa Nacional de Mineração – ENAMI, escrito no programa para a mineração do presidente Piñera, com o objetivo de destruir a média e pequena mineração nacional, em benefício das multinacionais. Basta de destruir o país para beneficiar o imperialismo!

Esta é uma plataforma de transição da classe operária para tirar o país da opressão burguesa e imperialista. ÚNICO CAMINHO PARA A EMANCIPAÇÃO DA NAÇÃO OPRIMIDA! PELA UNIDADE DA CLASSE OPERÁRIA E DA POPULAÇÃO OPRIMIDA, CONTRA A BURGUESIA NACIONAL E INTERNACIONAL, DO CAPITALISMO CORRUPTO E DECADENTE! PELA FRENTE REVOLUCIONÁRIA ANTI-IMPERIALISTA! POR UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS! PELA REVOLUÇÃO E DITADURA DO PROLETARIADO!

(Extraído do Jornal Luta Operária,
órgão do Partido Operário Revolucionário do Chile,
seção do Comitê de Enlace, outubro de 2019)

Bolívia

Manter a luta até retirar Evo Morales do poder, mas sem nenhum apoio ao obscurantismo fascista de Luís Fernando Camacho, o “fascista Camacho”, presidente do Comitê Cívico de Santa Cruz

Partido Obrero Revolucionario - 5/11/2019

Temos indicado que o governo do MAS deve ser retirado, não somente porque é fraudulento e manobrista, mas também por ser impostor, corrupto, ter traído as ilusões daqueles que ingenuamente acreditaram nele por serem de origem humilde, e hoje veem Evo transformado em um déspota, governando para os ricos, empresários, latifundiários e multinacionais. Que se vá, por ser um governo a serviço dos opressores internos e do imperialismo, porque é a nova direita, tão entreguista como o neoliberal direitista Carlos Mesa.

Quem deve retirá-lo do poder são os operários, os explorados, os oprimidos, os que suportam a ditadura masista, que é uma ditadura burguesa, definitivamente anti-operária e anti-popular, e não a pequena burguesia rica, que nas ruas procura, em nome da “democracia” burguesa, que Evo se vá, porque não tolera que um índio governe, apesar de governar para ela e para os gringos saqueadores.

Temos de retirar o impostor para lutar por um verdadeiro governo dos operários junto aos camponeses e todos os oprimidos, não para colocar um novo carrasco burguês, e muito menos sob a direção das ideias fascistas de Camacho, do Comitê Cívico de Santa Cruz, que se autoproclama como enviado de Deus, para fazer cumprir os seus desígnios, e fulminar Evo e Álvaro de uma vez por todas.

No multitudinário Cabildo de La Paz, convocado pelos Comitês Cívicos do Sul, se aprovou o rechaço, tanto a Evo como a Mesa, e a luta pelas reivindicações concretas dos distintos setores sociais explorados e das regiões esquecidas pelo Estado, independentemente da luta entre a nova e a velha direita.

O aparecimento destas ideias defendidas pelos poristas no Cabildo de La Paz, imediatamente, disparou um alarme no seio da burguesia. Os politiqueiros burgueses “democráticos” e “pacifistas”, rapidamente, se alinharam por detrás do Comitê Cívico de Santa Cruz, liderado pelo ultradireitista Camacho, para contrabalancear as resoluções do Cabildo de La Paz, unir forças e isolar os poristas, retirá-los dos Comitês Cívicos, particularmente do de Chuquisaca. Marco Pumari, do Comitê Cí-

vico de Potosí, acabou apoiando a convocatória de Camacho, em nome da unidade, desvirtuando as resoluções dos Comitês Cívicos do Sul, e do Cabildo nacional de La Paz.

Os revolucionários não marcham, sob nenhuma circunstância, sob o comando de fascista Camacho. Reivindicamos a luta independente das massas mobilizadas, e convocamos os operários, os camponeses e os oprimidos a juntarem forças para lutar por nossas reivindicações contra o governo, que resulta da disputa entre a nova e a velha direita.

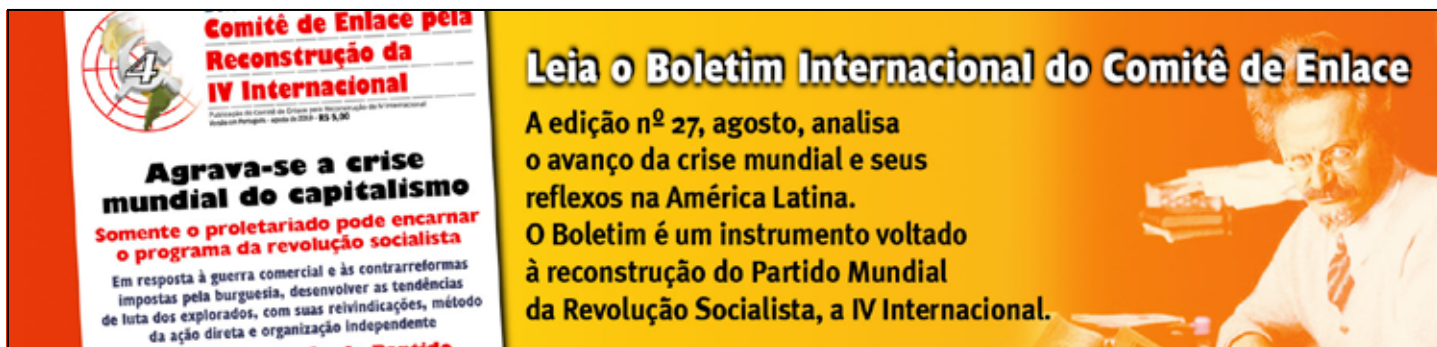
A direção reacionária do conflito é um tremendo obstáculo para a incorporação de amplos setores dos explorados à mobilização, particularmente, os mineiros das minas estatais, que observam com desconfiança esta rica pequena burguesia, dirigindo as mobilizações e, agora ainda mais, com a presença do enviado de Deus, o fascista Camacho.

Por isso, embora eles não respondam massivamente aos chamados dos dirigentes vendidos da COB e da FSTMB para defender o governo, tampouco irão à luta para derrubá-lo.

Escrevemos isto a poucas horas de que se cumpra o prazo de 48 horas fixado por Camacho para que Evo renuncie, que termina às 17h de hoje, sob o risco que Deus intervenha para acabar com Evo. Os céus se abrirão e Deus mandará um raio fulminante para acabar com Evo e Álvaro? Ou mandará os militares para que definam o conflito com um governo cívico-militar de transição, como se especula? Ou se trata tão somente de um blefe do fascista Camacho, anunciando que a Bolívia está sendo agora comandada por forças divinas?

***Viva a independência política e sindical
dos trabalhadores e de todos os oprimidos!
Luta unitária por pão, trabalho, educação
e saúde!
Morte à farsa da democracia burguesa!***

*(Extraído do Jornal Masas n. 2.610,
do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)*



**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

**Agrava-se a crise
mundial do capitalismo**
Somente o proletariado pode encarnar
o programa da revolução socialista

Em resposta à guerra comercial e às contrarreformas
impostas pela burguesia, desenvolver as tendências
de luta dos explorados, com suas reivindicações, método
da ação direta e organização independente

Leia o Boletim Internacional do Comitê de Enlace

A edição nº 27, agosto, analisa
o avanço da crise mundial e seus
reflexos na América Latina.
O Boletim é um instrumento voltado
à reconstrução do Partido Mundial
da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Argentina

Poderá Alberto Fernández satisfazer as poderosas ilusões democráticas que despertou?

Alberto Fernández foi eleito presidente numa eleição que teve uma participação elevada de votantes. Milhares se mobilizaram para comemorar essa vitória, e há fortes ilusões entre as massas de que, com ele, se poderá superar a situação dramática do País. Sentem-se aliviadas por se terem livrado de um governo tão agressivo contra as condições de vida e trabalho da maioria.

Esta vitória eleitoral se dá no cenário de comoção mundial, com o levante das massas chilenas – modelo do neoliberalismo por décadas –; o radicalizado levante no Equador; as mobilizações que prosseguem no Haiti, há algumas semanas, exigindo a renúncia do presidente Jovenel Moïse, e que provocou dezenas de mortos pela repressão; a agudização da crise política no Peru; as greves e mobilizações na Colômbia; as grandes mobilizações na Bolívia contra Evo, que rejeitam também Mesa.

Destacamos também o **desastre econômico local**, com desemprego crescente, pelo fechamento de empresas, pela recessão que persiste, com quedas na produção e nas vendas, e pela deterioração insuportável do poder aquisitivo da maioria. O Banco Central ficou sem reservas, devido à fuga massiva de divisas. Os credores pressionam pelo reconhecimento da dívida, e querem saber como será paga. A cotação do dólar continua disparando, e atrás dele vão todos os preços da economia. Somente uma resposta radical pode reverter essa terrível situação.

Macri, e sua coalizão eleitoral, foi derrotado, assim como os continuadores da política da última ditadura militar e a de Menen/De la Rúa. Apoiado fortemente por Trump e pelo capital financeiro, principais meios de comunicação, controlados pelo Clarín e La Nación, oligarquia latifundiária, consórcios exportadores, as petroleiras, os monopólios que concentram a distribuição de energia, etc.

Seu crescimento eleitoral, em relação às primárias, se deveu ao “voto útil”, que se deslocou de outros lugares de direita, com um forte conteúdo antiperonista, com a colaboração dos votos “antidireitos”, e captou a maioria dos votantes que não votaram nas primárias, assim alcançou os 40% dos votos.

Os verdadeiros donos do poder não mudam. Isso não se vota. Os mesmos setores do grande capital nacional e internacional continuam mantendo o poder. Poderá haver mudanças na fração do grande capital que comandará o próximo período, quem terá os maiores benefícios, e que setores terão seus interesses relegados. Será uma situação que certamente provocará atritos e choques, mas, no essencial, nos seus interesses, ninguém mexerá.

Mais de 95% dos votantes escolheram candidatos e chapas que defendem a ordem capitalista explicitamente. A classe operária só se expressou politicamente com sua estratégia nas bandeiras socialistas da campanha do POR.

Como caracterizar o próximo governo? Certamente sua



Fernández disse que reconhecerá todos os compromissos da dívida, porque foi contraída por um governo democrático. (...) repetirá o mesmo desastre que fez Kirchner com a dívida, ou pior. Disse também que dará segurança às petroleiras e a seus negócios (a Chevron chegou a Vaca Muerta, com acordos secretos, das mãos da Cristina Kirchner).

base é popular, foi eleito majoritariamente pelos mais pobres, pelos trabalhadores, e uma parte da classe média. Conquistou 12 milhões e meio de votos.

Mas, para caracterizar um governo, é necessário conhecer qual será sua relação com a propriedade, com os interesses do grande capital. O próximo governo será **burguês**. Defenderá o sistema de exploração capitalista. A grande propriedade dos meios de produção não será questionada.

O peronismo é uma expressão do nacionalismo burguês, hoje decadente, que abandonou suas bandeiras históricas. Não enfrentará o capital financeiro. Não está disposto a desconhecer a dívida externa, nem a expropriar as multinacionais, que dominam setores vitais da economia. Não está disposto a revisar todas as reformas, impostas especialmente desde o menemismo (privatização massiva das empresas públicas).

Fernández disse que reconhecerá todos os compromissos da dívida, porque foi contraída por um governo democrático. Essa dívida é uma fraude, todos os dólares fugiram da Argentina. É um mecanismo tradicional de saque da economia, sob governos militares ou civis. Fernández repetirá o mesmo desastre que fez Kirchner com a dívida, ou pior. Disse também que dará segurança às petroleiras e a seus negócios (a Chevron chegou a Vaca Muerta, com acordos secretos, das mãos da Cristina Kirchner).

É a mesma coisa que o governo anterior? **NÃO.** O governo de Fernández tentará aplicar uma política diferente, de conciliação de classes, ao invés de uma política de guerra, que Macri tentou levar adiante.

Mas terá pela frente **fortes limitações**: os bancos não querem ceder seus privilégios, os serviços e produtos dolarizados não abandonarão facilmente essa condição, os credores querem cobrar o que emprestaram, e garantias de que se farão os ajustes orçamentários para pagar as dívidas. Os exportadores não querem o aumento das retenções. Todos exigem que continuem fazendo os ajustes, que se faça a reforma trabalhista, que se baixe o custo do sistema previdenciário. Nenhum deles votou, mas são eles que mandam. O governo diz que negociará com todos eles, para que cedam um pouco dos seus lucros. E sabe que, se não conseguir, seu tempo se esgotará rapidamente.

A frente **antiMacri**, que unificou as correntes mais numerosas do peronismo, venceu eleitoralmente. Expressará no seu interior a luta entre as frações mais poderosas do capital para comandar o processo. Poderosos banqueiros, industriais e latifundiários já estão na disputa, e têm seus prepostos no futuro governo e no Congresso.

O novo governo terá maioria no Senado e lhe faltam poucos votos para ter maioria própria na Câmara de Deputados. Não terá justificativa para não aprovar as leis.

Lembremos de que a maioria dos governadores e seus legisladores apoiaram Macri, facilitaram-lhe as leis, e garantiram-lhe a governabilidade. Não esqueçamos o papel de Massa, e também podemos esquecer o passado de Alberto Fernández, sua relação com Menem, com Duhalde, e a ruptura com o kirchnerismo, pelos seus vínculos com o Clarín e a oligarquia latifundiária.

Macri se sustentou até aqui e pode continuar governando pura e exclusivamente devido à cumplicidade da oposição peronista e da burocracia sindical. Garantir-lhe a governabilidade custou ao país 20 bilhões de dólares das reservas, só nas últimas 11 semanas, com centenas de fábricas e comércios fechados, milhares de demissões, e a inflação que não para. Se chegar até 10 de dezembro, como estão lhe pedindo, aumentará ainda mais a sangria da economia.

Dizemos tudo isso porque **é nossa obrigação alertar as massas**, ajudá-las a amadurecer a consciência de classe, a superar suas ilusões, a confiar exclusivamente na sua própria organização e métodos de luta, em sua própria política. Assim construímos o partido revolucionário da classe operária.

Poderá Fernández tomar alguma medida radicalizada? Fará todo o possível para evitá-la. Em situações de extrema crise, diante da pressão das massas, é possível que seja obrigado a tomar medidas radicais, como ocorreu no passado.

Não temos nenhuma dúvida em dizer que o governo de Macri é o pior que tivemos, junto com Menem e a ditadura, para mencionar os mais recentes. É difícil achar um governo pior para a maioria. Afirmamos, nesse sentido, que o próximo governo **NÃO** será o mesmo. Mas, ao mesmo tempo, dizemos que não pode governar com todos e para todos, que, ao governar para os grandes capitalistas, se chocará, inevitavelmente, mais cedo ou mais tarde, com a maioria.

O próximo governo não poderá resolver as tarefas históricas pendentes

Não poderá alcançar a soberania política, nem a independência nacional. Ainda que assim proclame mil vezes nos seus discursos.

Fernández promete que a prioridade é resolver a fome, depois fazer funcionar a economia e gerar empregos, colocando a Argentina no lugar que merece, etc. Não promete erradicar a pobreza, nem o trabalho precarizado. Sabe muito bem que o governo de Kirchner, no período de maior crescimento da economia, foi impotente para resolver essas questões essenciais.

É tão profunda a deterioração da economia que, provavelmente, algumas medidas iniciais provoquem alívio. É

imprescindível tomar uma série de medidas urgentes e concretas para resolver a questão da fome. Mas, que não tentem nos imobilizar, com a história da herança maldita que receberam. Para resolver problemas estruturais, para resolvê-los pela raiz, são necessárias outras medidas, é necessária muita vontade e decisão política, para romper com os interesses mais concentrados.

Somos obrigados a assinalar que a Argentina é um país atrasado, de economia combinada, semicolônia do imperialismo.

É imprescindível tomar uma série de medidas urgentes e concretas para resolver a questão da fome. Mas, que não tentem nos imobilizar, com a história da herança maldita que receberam. Para resolver problemas estruturais, para resolvê-los pela raiz, são necessárias outras medidas, é necessária muita vontade e decisão política, para romper com os interesses mais concentrados.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

mo, e que as tarefas que a burguesia não resolveu em sua etapa ascendente já não pode cumpri-las. Não depende da vontade dos seus governantes. É a classe que representa, a burguesia, que renunciou a cumprir essas tarefas. É uma classe covarde, corrupta, entregue e entrelaçada com o capital financeiro, é parasita e antinacional. Quais são essas tarefas? Liquidar a propriedade latifundiária, nacionalizando a terra; independizar a nação do imperialismo; integrar a Argentina à América Latina; impulsionar a industrialização do país. Estas tarefas serão realizadas pela classe operária no poder, dirigindo os oprimidos, realizando-as sob os objetivos das transformações socialistas. Nessas condições, as forças produtivas desbloqueadas darão um grande salto.

O Pacto Social já começou, é apresentado como o eixo da política do novo governo

Já faz alguns meses que Fernández vem trabalhando a ideia de um Pacto entre centrais empresariais, sindicatos e organizações sociais, para estabelecer uma trégua, diz que é para conter os preços, taxas de juros, cotização do dólar e melhorar os salários, para começar a reativação da economia.

Mas os preços continuam subindo. Pouco importa que não haja vendas, que não haja dinheiro, que a demanda até por bens essenciais esteja caindo, há meses. Os preços continuam subindo.

A história dos pactos é de que os trabalhadores confiem que os preços serão congelados, que haverá mais empregos, e que, dessa forma, a economia começará a funcionar novamente. Dessa forma, esquecemos as perdas que tivemos durante tantos anos. Não queremos empregos precarizados ou informais, não queremos ser “empreendedores”. No desespero, os trabalhadores recorrem a esses expedientes, mas, temos claro que essa “solução” é uma fraude de nossas reivindicações.

Não se pode acreditar em nada que digam os patrões. Não

vão retroceder no aumento dos preços que vêm praticando. Se houver congelamento, acharão um jeito de driblá-lo, assim que seus ganhos forem caindo. Em outras épocas, houve desabastecimento, mercado negro, remarcação de preços, para iludir os controles. Por que não iriam fazer isso de novo?

A maioria tem grandes ilusões no novo governo, o que dificultará enxergar suas limitações, sua impotência e sua incapacidade para resolver os principais problemas. As direções políticas e sindicais já estão em trégua, desativando toda iniciativa de luta, mantendo fidelidade com o pacto social, que sequer conhecem em detalhes. Os programas que discutiram nos últimos anos foram para ludibriar.

A esquerda eleitoreira jogou um papel lamentável com sua campanha reformista, descaracterizada de conteúdo político. Retrocedeu também nas posições conquistadas nos corpos de delegados e comissões internas. E não aparecem sintomas de que suas direções farão qualquer autocrítica.

É nessa situação que interviremos no próximo período, trabalhando pela independência política e organizativa dos explorados diante do próximo governo, confiando exclusivamente em nossas próprias forças, nos nossos métodos de luta.

Contamos com a experiência acumulada nesses anos de enfrentamento tenaz a Macri, que conseguiu bloquear boa parte de sua política. Com cinco greves gerais, com mobilizações gerais multitudinárias pelos direitos humanos, pelos direitos da mulher, etc. As massas não foram derrotadas. Desmobilizaram-se transitoriamente, com muitas ilusões, mas também com desconfiança, pois, já conhecem muitas figuras da política burguesa.

Contamos a nosso favor com o potencial do impulso da luta de classes na América Latina, rompendo com os ajustes e reformas, passando por cima de todos os partidos democratizantes e das burocracias, recorrendo à ação direta de massas, encurralando os governos servis.

México

Servilismo de Obrador diante dos EUA

O presidente mexicano, Andrés Manuel Lopez Obrador, impulsiona uma reforma da Lei Federal do Trabalho (LFT), aprovada em maio passado, ajustando-a às condições do Tratado de Livre Comércio (TMEC), para “evitar a concorrência desigual” no mercado de trabalho, atendendo às exigências de Trump.

Em carta aos congressistas dos Estados Unidos, Obrador explica que as principais “mudanças” constam de um aumento do salário mínimo anual, em 2% acima da inflação; que o Estado mexicano investirá US\$ 900 milhões, até 2024, para reformar a justiça trabalhista, especialmente criando o Centro Federal de Conciliação (CFC), que deverá resolver os conflitos trabalhistas em até 45 dias; e que estabelece o voto direto para eleição das direções sindicais, bem como modifica a estrutura das organizações sindicais para “favorecer” a “decisão das bases” sobre a aprovação dos contratos de trabalho. O objetivo é o de favorecer a aprovação do TMEC no Congresso norte-americano, já assinado pelo México, mas, em debate no Canadá e Estados Unidos.

Em sua aparência, essa mudança nas estruturas das organizações sindicais comparece como se fosse uma ampliação da democracia interna, e um limite ao poder da casta burocrática. Seu conteúdo real, porém, é o de adequar, às necessidades dos monopólios, as negociações dos acordos trabalhistas. A metade da força de trabalho mexicana se encontra na informalidade. A LFT não inclui nenhuma medida para favorecer a estabilidade no emprego. De forma que sua alteração permitirá que, ao serem negociados por unidade produtiva, os acordos sejam expressão dos interesses do patronato. Para isso, passarão a se apoiar na ampla precarização e informalidade do trabalho, opondo essa camada completamente desprotegida aos que têm carteira assinada. O divisionismo sindical, imposto de cima do Estado, embora acobertado pela demagogia da “democratização” sindical, nada mais é do que um instrumento burguês para alavancar a flexibilização capitalista do trabalho.

Ao se manterem por baixo da média mundial, os salários mexicanos não servirão à diretriz de Trump de reverter o

processo de desindustrialização nos Estados Unidos. Fortalecem, certamente, a submissão da economia mexicana aos ditames imperialistas. Com maiores e mais vastos recursos de capital para equacionar o aumento nas despesas em capital variável (força de trabalho), os monopólios imperialistas ampliarão o processo de quebra de empresas nacionais e as desnacionalizações.

Para a classe operária mexicana, as mudanças na LFT configuram apenas migalhas no mar de pobreza e de precarização trabalhista. Um aumento dos salários de 2% acima da inflação não é suficiente para equilibrar as quedas salariais e o aumento do custo de vida, o qual tem alcançado 4% ao ano. Não se deve esquecer ainda que 50% da força de trabalho continua a ter salários abaixo da linha da pobreza, e 57% dela não têm sequer acesso à Previdência. Em última instância, o preço que deverá pagar a classe operária pelo servilismo de Obrador aos ditames imperialistas são os do agravamento da superexploração e da fragmentação sindical.

O governo Obrador, que posou de reformista e nacionalista, se demonstra completamente impotente para romper os

elos da opressão nacional, e para elevar o nível de vida das massas mexicanas. Medida após medida, condiciona o desenvolvimento das forças produtivas internas aos interesses particulares das frações monopolistas norte-americanas, que precisam subordinar as semicolônias à guerra comercial, chefiada por Trump.

Somente o proletariado pode romper com a opressão nacional, avançando à expropriação e estatização da grande propriedade monopolista. E somente uma direção classista e firmada nos métodos revolucionários poderá conquistar a independência sindical, e fazer da unidade sindical um instrumento da luta de classes e da independência política da classe operária.

Está plenamente colocada a tarefa da vanguarda mexicana de construir o partido marxista-leninista-trotskista. O que exige lutar contra a impostura do governo reformista de Obrador, e ajudar os explorados a superarem as ilusões democráticas em sua política entreguista e subserviente. Os esforços realizados Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional poderão favorecer a luta por esse objetivo.

Convulsão no Iraque



A burguesia, o governo e o imperialismo estão diante da revolta instintiva das massas contra a barbárie em que mergulhou o país, após a queda de Saddam Hussein pelas armas dos Estados Unidos.

Um levante popular tomou conta das principais cidades do Iraque. Começou em 1º de outubro, erguendo-se contra o desemprego, a ineficácia dos serviços públicos (dezenas de milhares de iraquianos não têm água potável e rede sanitária), e a corrupção. Passado um mês, as reivindicações elementares convergiram para a bandeira de demissão do governo.

O governo iraquiano, no momento, oscila, entre aplicar limitadas medidas econômicas (entrega de moradias, subsídios sociais para famílias pobres, programas de capacita-

ção e formação para novos empregos), e políticas (redução dos salários de altos cargos, emendas à lei eleitoral, etc.), ou recrudescer os métodos de guerra civil. Milhares de manifestantes foram presos, 5.000 feridos e 170 mortos pela brutal repressão. As massas não arrefeceram nos protestos, e incendiaram a sede do governo, prédios de partidos políticos e quartéis das facções armadas que apoiam o governo de Adel Abdel Mahdi.

A burguesia, o governo e o imperialismo estão diante da revolta instintiva das massas contra a barbárie em que mergulhou o país, após a queda de Saddam Hussein pelas armas dos Estados Unidos. As instituições

políticas surgidas desse processo revelaram-se um instrumento dos ditames dos monopólios, que se apossaram das riquezas do país. As palavras de ordem “Esses homens não nos representam. Não queremos mais partidos. Não queremos que ninguém fale em nosso nome” demonstram, objetivamente, que as massas não confiam no regime político e nas instituições assentadas nessas relações sociais e políticas.

A resolução das reivindicações mais elementares e a conquista do livre direito da nação oprimida de decidir sobre seus recursos e territórios exigem que as massas expulsem as tropas e expropiem os monopólios imperialistas, e se encaminhem a construir seu próprio poder, pela via insurrecional. A ligação entre as tarefas democráticas e as socialistas se mostra claramente. São favoráveis as condições para que a vanguarda avance na construção do partido marxista-leninista-trotskista.

A virada na situação mundial e as tarefas revolucionárias

Os explorados e demais oprimidos enfrentam os ajustes dos governos que desvalorizam salários, cortam direitos e destroem conquistas. Em diversos países, sua irrupção massiva e radicalizada aprofundam as crises políticas e criam situações pré-revolucionárias. Os governos agem visando a garantir a governabilidade burguesa, seja agravando a repressão, seja oferecendo limitadas medidas econômicas e políticas.

A troca de ministros no Chile e aprovação reformas no Iraque, a queda do primeiro ministro do Líbano (após retirar o pacote de impostos que deflagrou o levante popular), bem como a retirada do Decreto 883 no Equador (que liberava o preço interno dos combustíveis), mostram que os governos são obrigados a manobrar, adiando os ajustes mais violentos para um momento posterior. Mas, as massas exigem cada vez mais decididamente mudanças dos regimes políticos e econômicos, reascendendo permanentemente os choques com as diretrizes imperialistas e a subserviência dos governos que as aplicam a fogo e sangue.

Na América Latina, o “modelo chileno” espelhou o percurso dos governos latino-americanos, traçado pelo imperialismo: consolidação dos mecanismos fiscais, que submetem o orçamento do Estado ao pagamento da dívida externa, educação e previdência privatizadas, aposentadorias e salários de fome, controle imperialista sobre recursos naturais e, especialmente, a implementação dos acordos salariais e trabalhistas por local de trabalho. “Modelo” que o FMI indicou ao Brasil Argentina, Colômbia, Peru, etc. No oriente Médio, por sua vez, o “modelo iraquiano” espelhou as condições (intervencionismo e controle

militar sobre territórios e recursos) que o imperialismo impôs, visando a controlar as fontes de matérias primas.

Tais mudanças, porém, somente podem ser impostas pelo intervencionismo do imperialismo sobre as nações oprimidas e pelo controle, ou esmagamento, das organizações operárias e populares.

No Chile, a brutal alteração das relações entre a força de trabalho e a burguesia, e entre a nação oprimida e o imperialismo, resultou do esmagamento do movimento dos explorados pela ditadura de Pinochet. No Peru, o fujimorismo

Eis por que os “espelhos” chileno e iraquiano refletem o real significado da ofensiva da burguesia contra as condições de vida das massas, militarização e fascistização da política burguesa: devem pagar com a destruição de suas condições de vida e seus direitos pela desagregação do capitalismo e pelo parasitismo financeiro que sangra as economias nacionais.

O essencial da política revolucionária reside em que, sob os golpes da situação econômica, as massas são obrigadas a reagir, assumir métodos radicalizados

O essencial da política revolucionária reside em que, sob os golpes da situação econômica, as massas são obrigadas a reagir, assumir métodos radicalizados de luta e procurar uma direção capaz de encarnar suas reivindicações e impor uma mudança efetiva no poder político.

impôs por meio de uma ditadura civil e os massacres uma violenta alteração entre a força de trabalho e o capital. À época, se utilizou da justificativa de esmagar as organizações guerrilheiras - Sendero Luminoso e MRTA - para militarizar a política. No Equador, guardando as devidas proporções, Lenín Moreno segue a mesma trilha ao aprovar uma nova “diretriz” para Forças Armadas: “Identificar e neutralizar grupos insurgentes”. Trata-se de uma resposta do governo à ameaça do movimento indígena de pôr em pé suas próprias milícias. Passado o levante, instalaram-se processos judiciais por “sedição” contra lideranças indígenas.

No Iraque e na Síria, o controle sobre as jazidas de petróleo e gás pelos monopólios se mantém com a ocupação militar das potências, repressão brutal às revoltas populares e esmagamento dos movimentos nacionalistas.

de luta e procurar uma direção capaz de encarnar suas reivindicações e impor uma mudança efetiva no poder político.

No entanto, padecem da crise de direção revolucionária. E acabam sendo jogadas, assim, no leito do cretinismo parlamentar e eleitoral, em certa medida influenciadas pelas direções sindicais. Porém, as rápidas viradas da situação política e a radicalização das massas permitem à vanguarda dar saltos organizativos no objetivo de construir os partidos marxista-leninista-trotskistas, ajudando a deslocar uma fração do movimento para o programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias, que emerge da base material do capitalismo em decomposição. A vanguarda tem de dedicar o máximo esforço para construir as organizações independentes dos explorados, aproveitando o momento favorável da luta de classes mundial.





Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal Massas anterior, expusemos os principais aspectos de duas cartas em que Lênin coloca a discussão sobre a necessidade dos bolcheviques prepararem a insurreição. Indicamos a sua posição contrária de participação e reconhecimento da “Conferência Democrática”, convocada pelos mencheviques e socialistas revolucionários. Havia o perigo de desviar o curso do levante de operários, camponeses e soldados para o campo das ilusões democráticas burguesas e pequeno-burguesas.

Concluída a “Conferência Democrática”, Lênin escreveu um artigo crítico, denominado “Os heróis da fraude e os erros dos bolcheviques”. Foi dirigido, principalmente, para o combate a posições que resistiam à organização da insurreição, e que apostaram na “Conferência Democrática”. Está aí por que a publicação no Jornal, em 7 de outubro, constou de alterações que se referiam a críticas internas, especialmente a Kamenev e Zinoviev. A “Conferência Democrática” foi convocada no momento em que os mencheviques e socialistas revolucionários perderam a maioria dos soviets para os bolcheviques. A manobra consistia em esvaziar o poder dos soviets. Lênin viu e denunciou como uma fraude, na qual os bolcheviques não deveriam participar, e tinham de rechaçá-la. Por meio da “Conferência Democrática”, os oportunistas abriam as portas a forças que nunca puderam penetrar nos soviets. Isso quando Kerenski agia no sentido de fortalecer os traços de um governo bonapartista.

Era importante revelar o conteúdo de classe da manobra que se realizava em torno à “Conferência Democrática”. Eis a explicação de Lênin: *“A diferenciação de classes progride. Nos partidos dos socialistas revolucionários e mencheviques, cresce o protesto e amadurece uma divisão aberta, porque os ‘dirigentes’ traem os interesses da maioria da população. Os dirigentes se apoiam na minoria, apesar dos princípios da democracia. Quanto a isso, a fraude é inevitável”. (...) “Pactos secretos com os kornilovistas, entendendo secreto com os ‘aliados’ imperialistas (...), entorpecimento e sabotagem secretos da Assembleia Constituinte, engano secreto aos camponeses para favorecer a Rodzianko, isto é, aos latifundiários (...): isto é o que realmente está fazendo Kerenski. Essa é sua política de classe. Nisto consiste seu bonapartismo”.* Com essa explicação, Lênin concluiu que os dirigentes mencheviques e socialistas revolucionários recorriam à “Conferência Democrática” para ocultar o movimento da contrarrevolução. Os bolcheviques, portanto, tinham o dever de desmascarar a fraude.

A intervenção dos bolcheviques na “Conferência Democrática” foi considerada um erro. Lênin, assim, demonstrou: *“Os bolcheviques participaram nesta abominável fraude, nesta farsa, pelo mesmo motivo que participaram na III Duma; até no ‘chiqueiro’ devemos defender nossa linha, desde um ‘chiqueiro’ devemos desmascarar o inimigo para o conhecimento do*

povo. A diferença, no entanto, é que a III Duma foi convocada quando a revolução evidentemente refluía, enquanto que hoje existe evidente ascenso de uma nova revolução, ainda que, desgraçadamente, muito pouco sabemos do alcance e rapidez desse ascenso”. Essa crítica se baseou em uma fundamentação marxista muito valiosa e decisiva para o curso dos acontecimentos. Em distintas situações, intervir nas instituições parlamentares da burguesia (‘chiqueiro’) exige táticas distintas.

Lênin considerou um erro dos bolcheviques permanecer na “Conferência Democrática”. Defendeu que o correto seria se retirar, em protesto à comédia dos oportunistas. Denunciar que se tratava de uma distração dos explorados diante das tarefas da revolução. E não permanecer na Conferência, ao lado daqueles que trabalhavam por separar as massas revolucionárias dos bolcheviques. Dos 136 deputados bolcheviques, deveriam permanecer 2 ou 3 para informar o partido sobre as conclusões dos adversários da revolução. Apesar de um pouco extensa, é conveniente transcrever a seguinte passagem: *“Os 99% dos delegados bolcheviques deveriam ir às fábricas e aos quartéis. Esse era o lugar adequado para os delegados que vieram de todos os rincões da Rússia, e que, depois do discurso de Zarudni, puderam ver toda a podridão dos socialistas revolucionários e mencheviques. Ali, junto às massas, em centenas de atos e comícios, deveriam discutir os ensinamentos dessa cômica reunião, cujo propósito evidente era o de somente dar um respiro ao kornilovista Kerenski, e facilitar-lhe a tentativa de novas variações do jogo do ‘carrossel ministerial’.* Os bolcheviques tiveram uma atitude errônea diante do parlamentarismo em momentos de crise revolucionária (e não ‘constitucional’), uma atitude errônea diante dos socialistas revolucionários e mencheviques. É compreensível como isso ocorreu: a história deu uma virada muito brusca com a kornilovada. O partido não pôde se colocar à altura do ritmo incrivelmente acelerado da história, nesta virada. O partido se deixou atrair, momentaneamente, para a armadilha da comédia desprezível”.

Dessa crítica geral, Lênin passou a responsabilizar Zinoviev e Kamenev pelo entusiasmo com a Conferência. Zinoviev chegou ao ponto de considerar um acerto a proposta de uma representação proporcional do Presidium do Soviete de Petrogrado a governistas do tipo Tsereteli. Kamenev errou ao fazer *“o primeiro discurso da Conferência em um espírito puramente ‘constitucional, quando defendeu a ridícula questão de confiança ou ‘desconfiança no governo”.* Lênin concluiu a crítica explicando que *“o parlamentarismo, sobretudo nos momentos revolucionários, deve ser utilizado não para perder um tempo precioso com os representantes daquilo que está apodrecido, mas sim para utilizar o exemplo do que está apodrecido para educar as massas”.*

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVII, Akal Editor)